



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ANDERSON FELIX DOS SANTOS

**MEMÓRIA GENEALÓGICA E FAMILIAR NO ROMANCE *ESPAÇO
TERRESTRE*, DE GILVAN LEMOS**

Recife
2019

ANDERSON FELIX DOS SANTOS

**MEMÓRIA GENEALÓGICA E FAMILIAR NO ROMANCE *ESPAÇO
TERRESTRE*, DE GILVAN LEMOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Teoria da Literatura

Orientador: Prof. Dr. Lourival Holanda.

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Andréa Marinho, CRB-4/1667

S237m Santos, Anderson Felix dos
Memória genealógica e familiar no romance Espaço terrestre, de
Gilvan Lemos / Anderson Felix dos Santos. – Recife, 2019.
73f.

Orientador: Lourival Holanda.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras,
2018.

Inclui referências.

1. Atavismo. 2. Gilvan Lemos. 3. Memória familiar. 4. Memória
genealógica. I. Holanda, Lourival (Orientador). II. Título.

410 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2019-289)

ANDERSON FELIX DOS SANTOS

**MEMÓRIA GENEALÓGICA E FAMILIAR NO ROMANCE *ESPAÇO
TERRESTRE*, DE GILVAN LEMOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovada em: 17/12/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lourival Holanda (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Amara Cristina de Barros e Silva Botelho (Examinadora Externa)
Universidade de Pernambuco

Prof. Dr. José Jacinto dos Santos Filho (Examinador Externo)
Universidade de Pernambuco

A mainha, que me ensinou as primeiras letras.

AGRADECIMENTOS

Escrever essa dissertação foi solitário, mas o trajeto ao longo de dois anos foi feito de encontros e vontades coletivas, portanto, agradeço as pessoas que me ajudaram a trilhar esse caminho que *se hace camino al andar*.

Primeiramente, a minha mãe – o amor sem medidas – por ter me dado mais carinho do que sou merecedor, por acreditar em mim ainda que não entendesse e investir nos meus sonhos.

A minha família materna, por ser espaço de memória e pertencimento.

Ao professor Lourival Holanda pelo acolhimento, sabedoria e orientação.

A professora Cristina Botelho, por ser luz e inspiração na jornada desde aquela tarde de agosto de 2013, na qual tive minha primeira aula de Teoria da Literatura.

Ao professor Jacinto dos Santos pelas contribuições por ocasião do Exame de Qualificação desta dissertação, que muito contribuíram para o bom direcionamento do trabalho.

Aos amigos de mestrado do grupo *Toque Toque DJ*: Camilla Protetor, Carol Roma, Danielly Vieira, Heloiza Montenegro, Rafael Macário e Taciana Soares, pelo companheirismo e momentos inestimáveis. A gratidão se estende, como não poderia deixar de ser, a Vanessa Pereira e Camila de Matos: o destino precisava nos unir.

Também sou grato aos meus pares, egressos e ativos, do grupo *Gifts and Love*, que não contribuíram diretamente para a pesquisa, mas torceram por mim desde os primeiros dias. Pelos ombros, caipirinhas e risadas nos momentos que escapei da dissertação, agradeço aos amigos da vida: Ednally Vanessa, Leandro Ferreira e Kaonny Anderson.

Pela gentileza e auxílio no processo seletivo, agradeço a Walter Cavalcanti Costa, Lourival Bulamarqui e Maria Carolina Moraes. Sou também profundamente grato a todos os professores que passaram pela minha vida e contribuíram para formar o professor que sou hoje, em especial Gizele Oliveira.

Agradeço, igualmente, ao CNPq e a todos os brasileiros que financiaram essa pesquisa. Educação e Ciência nesse país resistem.

Salve! Oh terra dos altos coqueiros! de belezas soberbo estendal!
Nova Roma de bravos guerreiros Pernambuco, Imortal! Imortal!
(Hino do Estado de Pernambuco)

Não vamos morrer nunca, Neto, meu neto. Nem eu nem você, porque
na verdade nem eu sou você nem você é você. Nós todos sempre
fomos um só, sempre fomos Albano Nuno Varela. (LEMOS, 1993, p.
269)

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar as memórias genealógica e familiar como elementos estruturantes do enredo no romance *Espaço Terrestre* (1993), de Gilvan Lemos e sua importância para solidificação do elo atávico que consagra a terra como território do grupo familiar. Com o uso de um instrumento para registrar, modificar e perpetuar o conhecimento no mundo a sua volta; buscando registrar pela memória os acontecimentos de uma época e de uma sociedade, de modo que eles se perpetuassem. A memória, portanto, prescinde de um receptor para que exista em sua plena função. Considerando as relações entre memória e história, também foi focalizado o contexto histórico e suas relações com os aspectos sociais da obra. A pesquisa foi bibliográfica e exploratória, utilizando-se do método qualitativo. Conceitos debatidos por Maurice Halbwachs (2003; 2004), Joël Candau (2016), Ecléa Bosi (1994), Myriam Lins de Barros (1987), Édouard Glissant (2005), entre outros, constituíram o arcabouço teórico para compreender o tema.

Palavras-chave: Atavismo. Gilvan Lemos. Memória familiar. Memória genealógica.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the family and genealogical memories as one of its structural plot elements of the *Espaço Terrestre* (1993) novel's, by Gilvan Lemos and its importance to solidifies the atavic bond that estabilishes the land as a territory of a family group. Using an instrument to record, modify and perpetuate knowledge in the world around you; trying to record by memory the events of a time and a society, so that they would perpetuate themselves. Memory, therefore, does not need a receiver to exist in its full function. Considering the relations between memory and history, also focalized historical context and the relations with social aspects of the novel. The research was exploratory and bibliographical using the qualitative method. Concepts discussed by Maurice Halbwachs (2003; 2004), Joël Candau (2016), Ecléa Bosi (1994), Myriam Lins Barros (1987), Édouard Glissant (2005), and others, comprise the theoretical set of ideias to understand the theme.

Keywords: Atavism. Family memory. Genealogical memory. Gilvan Lemos.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	MEMÓRIA GENEALÓGICA E FAMILIAR NO ROMANCE <i>ESPAÇO TERRESTRE</i> , DE GILVAN LEMOS.....	14
1.2	A MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA.....	16
1.3	AS MEMÓRIAS GENEALÓGICA E FAMILIAR.....	21
1.4	MEMÓRIA GENEALÓGICA E FAMILIAR COMO PRINCÍPIO DA CULTURA ATÁVICA.....	30
2	ASPECTOS MNEMÔNICOS DO TERRITÓRIO EM <i>ESPAÇO TERRESTRE</i>, DE GILVAN LEMOS.....	38
2.1	BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE A SOCIOCRÍTICA.....	38
2.2	A MEMÓRIA SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES.....	42
2.3	O TERRITÓRIO COMO INSTRUMENTO DE MEMÓRIA E ATIVIDADE SOCIAL NO ROMANCE DE GILVAN LEMOS.....	45
3	REPRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA NA FICÇÃO ATRAVÉS DA MEMÓRIA EM <i>ESPAÇO TERRESTRE</i>.....	53
3.1	IMBRICAMENTOS ENTRE LITERATURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	54
3.2	REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA PELA MEMÓRIA EM <i>ESPAÇO TERRESTRE</i>	59
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
	REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, o homem tem a memória como guia. Esta é seu instrumento para registrar, modificar e perpetuar o conhecimento no mundo a sua volta; como constatação, basta recuperar as pinturas rupestres: elas eram a necessidade de registrar pela memória os acontecimentos de uma época e de uma sociedade, de modo que eles se perpetuassem e cumprissem uma tradição que se renovaria incessantemente em cada homem daquela cultura. A memória, portanto, prescinde de um receptor para que exista em sua plena função, ela necessita que alguém a ative, transmita e conduza, justamente por isso, age como modeladora de identidades nas sociedades e grupos. Trata de um movimento ostensivo e natural, o homem vive lembrando e lembra-se para viver, na interminável tentativa de construir e reconstruir elos de sua própria história.

Os estudos do campo mnemônico demonstram-se um método profícuo e transdisciplinar para investigar os mais diversos fenômenos, estendendo-se pela Literatura, Sociologia, Filosofia, História, Antropologia, entre outros. A orientação que aqui se propõe é de instrumentalização da memória – como é frequente que o homem faça – e sua relação com a Literatura para investigar as memórias genealógica e familiar como elementos estruturantes do enredo no romance *Espaço Terrestre* (1993) de Gilvan Lemos e sua importância para solidificação do elo atávico que consagra a terra como território¹ do grupo familiar dos Albanos. Considerando também as relações entre memória e história, se procura-se discutir o contexto histórico, e suas relações com os aspectos sociais da obra.

O enredo do romance desnova-se em torno de um grupo de pessoas que, insatisfeitas com o estado de tensão que precedeu a Revolução Pernambucana de 1817, decidiram empreender um êxodo e viver em uma cidade criada por eles – de nome Sulidade – onde poderiam organizar uma nova concepção de realidade social. A figura protagonista desse êxodo é Albano Nuno Varela, que em Sulidade perpetua sua estirpe ao modo de *Cien Años de Soledad* (1967) – os nomes se repetem e se confundem: Albano Filho, José Albano, Albano José, José Albano Neto. Esse processo genealógico perpetua também a memória familiar – exclusivamente patriarcal, uma vez que as mulheres morrem ao dar à luz – que compõe

¹ A escolha pelo vocábulo “território” se deu pela tentativa de eliminar a confusão com termos que, ocasionalmente, poderiam estar envolvidos na investigação, como “lugar” e “espaço”, visto que existem aproximações entre eles, mas também diferenças. No primeiro caso, têm-se o ambiente onde se vive; no segundo, o ambiente que se deseja (TUAN, 1983). Embora a palavra “espaço” tenha notória ligação com o romance, uma vez que este a carrega no título, a eleição pelo termo “território” é mais apropriada para a análise por designar uma relação de poder e posse.

aquele grupo, servindo de elo atávico com a cidade, legitimando a permanência desses indivíduos no novo território. A narrativa apresenta os membros dessa família compartilhando memórias que se compõem com parte de suas identidades. Configurando-se como ancoragem dos indivíduos em um território ou grupo, essas memórias são denominadas *genealógica e familiar*.

A metodologia empregada foi de cunho qualitativo de ordem bibliográfica por meio de estudo dos principais marcos teóricos relacionados ao campo de pesquisa e análise crítica do romance. Para que o estudo fosse desenvolvido com acuidade, a análise dividiu-se em três capítulos com aspirações diferentes, embora complementares, das relações mnemônicas no romance. No primeiro capítulo demonstra-se a presença dos conceitos de memória genealógica e familiar e sua exploração pelo autor Gilvan Lemos de modo a estruturar o enredo do romance por meio de suas personagens. Esses conceitos debatidos pelos teóricos Maurice Halbwachs (2003; 2004), Joël Candau (2016), Ecléa Bosi (1994), Myriam Lins de Barros (1987), Édouard Glissant (2005), entre outros, constituíram o arcabouço teórico para compreender o tema explorado.

O segundo capítulo contém uma discussão sobre a relação entre memória e o território como instrumentos sociais na literatura, formando as identidades das personagens e afirmando a soberania da memória genealógica e familiar para condução do enredo. Para tal, recorreu-se aos estudos de Aleida Assmann (2011) e Jan Assmann (2016), Gaston Bachelard (2008), Antonio Candido (2008; 2014), Costa Lima (2002), Michael Pollak (1992), Raquel Rolnik (1995) e Marisa Corrêa Silva (2005).

Por fim, no terceiro capítulo investiga-se a intrínseca relação entre memória, história e literatura para a estruturação do enredo de *Espaço Terrestre*. Nesse sentido, arrolaram-se como referencial teórico as reflexões de autores como Costa Lima (1989), Paul Ricoeur (1997), Roger Chartier (2013), Pierre Nora (1993), entre outros, bem como livro e documentos histórico-sociológicos de Luis-François Tollenare (1905), Orlando Parahym (1978) Luiz Delgado (1972). O romance abarca personalidades históricas, tais como o governador Luís do Rego e Frei Caneca, além de retomar momentos decisivos da história do Brasil, sobretudo de Pernambuco, como a Convenção de Beberibe, com isso, traça um retrato da sociedade formada por negros, índios e europeus, dando voz e vida, por meio do texto literário, para histórias marginalizadas através dos séculos.

Pensando em memória como dimensão social, Halbwachs (2004) formula a teoria de quadros sociais da memória. Trata-se de um conjunto de referências espaciais, temporais,

sociais, entre outras, que contribuem para que seja possível recordar os acontecimentos do passado, tais quadros se formariam nos grupos que compartilham saberes como instrumento de integração entre os sujeitos, por exemplo, os grupos religiosos, camponeses e familiares. Halbwachs (2003) argumenta também que todas as memórias individuais são parte de um contexto coletivo, pois os indivíduos carregam muito dos outros dentro de si. Isso acontece em decorrência da vida em sociedade e do intercâmbio cultural entre as pessoas.

Assim, toda memória individual é uma perspectiva acerca da memória coletiva, tendo em vista os pontos de importância da memória de cada indivíduo serem diferentes. Também esse ponto de importância muda de acordo com a vivência de cada pessoa e o lugar que ela ocupa no mundo, e até mesmo essa posição será modificada em decorrência das relações sociais que os indivíduos estabelecem.

A memória coletiva é uma representação da metamemória, taxonomia empregada pelo antropólogo Jöel Candau (2012), que é reproduzida por determinado grupo social, supostamente comum a todos, estando relacionada a uma memória reivindicada e ostensiva; por conseguinte, memória e sociedade estão intimamente relacionadas.

Outra ponderação de Halbwachs (2003) é de que os habitantes de um pequeno vilarejo não param de se observar mutuamente, e a memória coletiva registra fielmente os acontecimentos que ocorrem, porque eles repercutem sobre a organização social e contribuem para modificá-la. Nesse sentido, tomando como referência os estudos do sociólogo francês, é possível perceber esse mesmo movimento no vilarejo de Sulidade, o ambiente fictício da narrativa de Gilvan Lemos, em que a memória coletiva registra os acontecimentos e os desenvolvem.

Desse modo, muito do passado remoto é transferido para as pessoas por intermédio de seus pais e avós. O autor esclarece isso por meio do exemplo das sociedades rurais como a retratada no romance *Espaço Terrestre*; nesse contexto, observa-se que os pais, ocupados com os trabalhos no campo, confiam a guarda das crianças aos velhos. Esses, por sua vez, tornam-se responsáveis pela transmissão da cultura e do passado por meio das crianças, tal como ocorre na narrativa diante da relação entre os Albanos avós e seus netos. Essa memória genealógica está teorizada no que Halbwachs (2003) denomina de liame vivo das gerações, em que o conjunto de memórias de uma família constitui sua identidade particular. É uma memória de estirpe que se perpetua, servindo de princípio organizador da memória de um indivíduo.

A expressão cultural relacionada à identidade e sociedade é categorizada por Édouard Glissant (2005), classificando-a em cultura atávica e compositória. Segundo o ensaísta, a cultura atávica parte do princípio da filiação cujo objetivo é legitimar a terra como território, enquanto a compositória é a que vai ao encontro de outras culturas. Glissant (2005) relaciona as culturas atávicas com algo denominado mito fundador, correspondente aos elementos estruturais de uma cultura. Segundo ele, a função do mito fundador é “consagrar a presença de uma comunidade em um território” (GLISSANT, 2005, p. 74).

Pretende-se ao longo deste trabalho demonstrar a conexão entre os conceitos apresentados e a apropriação deles por Gilvan Lemos ao construir sua narrativa aportada na memória como instrumento coletivo, demonstrando assim sua dimensão social – no tocante ao atavismo e a história – e os mecanismos de transmissão, dentre eles, a intermediação genealogia.

1.1 MEMÓRIA GENEALÓGICA E FAMILIAR NO ROMANCE *ESPAÇO TERRESTRE*, DE GILVAN LEMOS

O homem, animal político que é, está condenado à memória. Esta é ativada no momento em que ele nasce e permanece funcional, mesmo quando deteriorada por qualquer motivo crônico, até que estanque a última sinapse de seu cérebro. É a memória que distingue o homem dos outros animais, o permite aprender, desenvolver-se, governar, construir e, à semelhança dos deuses, perpetuar-se através das eras.

Como tal, não se esgota em si mesma, prescinde da alteridade e do momento presente, sempre se atualizando a partir do contexto que se insere. O homem não apenas se recorda, por exemplo, como fazem os animais ditos irracionais, onde escondeu a comida ou qual o caminho mais fácil para chegar à água. Ele organiza e localiza a memória no tempo e no espaço, reflete sobre ela, cria suas representações, transmite, institucionaliza-a e escolhe como perpetuá-las.

Memória e sociedade sobrevivem por meio do homem e o homem por meio delas. Como pontua o antropólogo francês Jöel Candau, "a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada" (CANDAU, 2016, p. 16). Nesse sentido, é possível perceber que a interação entre memória e sociedade é também fundamental para o desenvolvimento das identidades – no plural. Estas são a soma das memórias de um sujeito subtraídas de seus esquecimentos, voluntários ou não, pois o plano da memória é composto, também, do que é escolhido olvidar.

Partindo da concepção de memória para antropologia, como uma faculdade, Candau (2016) propõe uma taxonomia das diferentes formas da memória manifestar-se: a primeira é a memória de baixo nível ou protomemória, seria a memória do hábito, compartilhada pelos membros de uma sociedade, como uma série de instruções para executar determinada função. Pode ser entendida como memória procedural, que grava por meio dos aprendizados as práticas mecânicas.

A memória de alto nível, segunda da taxonomia proposta, é a memória da recordação propriamente dita, a responsável por retomar saberes, crenças, sensações e sentimentos da biografia de um sujeito.

A última, metamemória, trata-se da efetiva construção de identidades de um indivíduo através da representação que ele faz de sua própria memória e do conhecimento de mundo que possui. É uma forma reivindicada e ostensiva de construir-se na sociedade.

As duas primeiras, estão no plano da memória individual, a terceira, entretanto, a metamemória, é o cerne do conceito de memória coletiva, pois está intimamente relacionada à *representação*. A metamemória só pode existir em contextos coletivos, como fruto de uma memória supostamente comum a todos os indivíduos de uma comunidade – ainda que toda memória coletiva seja somente um ponto de vista individual. Isto quer dizer que os membros do grupo são os responsáveis pela *reprodução da representação* que se faz da memória.

O que faz o homem diferente dos outros animais é o uso que ele faz da memória, não da memória procedural, mas uma metamemória ancestral, de caráter evolutivo e ordem genética, sistemática e social, que o faz aprender a ser homem a partir das memórias de seus semelhantes, preservando e compartilhando saberes. Assim, o homem permanece existindo porque não esquece.

Tratando de conceitos da memória coletiva, de acordo com Candau (2016), é por meio da transmissão das memórias genealógica e familiar que se evidencia de maneira mais acentuada a relação entre memória e identidades. É no plano da coletividade que o sujeito se afirma e se identifica, sendo o grupo familiar seu primeiro ambiente de experimentação do mundo.

Com base nas teorias do sociólogo francês Maurice Halbwachs, o antropólogo indica que por mais recursos que se empregue para fixar a memória de uma família, as identidades dos grupos seguem se movendo, reagrupando-se e reorganizando-se por meio da genealogia naturalizada – baseada no sangue e no solo – e genealogia simbolizada – a constituída pelo mito fundador. Portanto, o legado da estirpe, por meio da perpetuação da memória, permite a consagração de uma família sobre um território por meio de uma ancoragem mnemônica.

Valendo-se desses argumentos, ao decorrer do presente capítulo, analisa-se a presença das memórias genealógica e familiar no romance *Espaço Terrestre* (1993), de Gilvan Lemos, a fim de investigar como elas se apresentam no romance e constituem o enredo. Para isso, abordam-se conceitos como memória coletiva, individual, genealógica e familiar, seus aspectos e como estes se estabelecem como princípio atávico na obra. Considerou-se, portanto, a transmissão e representações da memória, das características, dos costumes e das tradições das personagens de um mesmo núcleo familiar ficcional, os Albanos, e como ela se estabelece em relação aos grupos sociais e territórios. Para essa abordagem empregam-se os estudos sobre memória da filosofia, sociologia, antropologia e psicologia social, como Henri Bergson (2010), Paul Ricœur (2007), Maurice Halbwachs (2003; 2004), Joël Candau (2016),

Ecléa Bosi (1994), Myriam Lins de Barros (1987) e as análises sobre cultura atávica de Edouard Glissant (2005).

1.2 A MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA

Em publicação original de 1896, *Matéria e Memória*, o filósofo francês Henri Bergson (2010) empreende a tentativa de analisar a realidade do espírito a partir da relação entre este e a memória. Segundo o autor, a lembrança "representa precisamente o ponto de intersecção entre o espírito e a matéria" (BERGSON, 2010, p. 5). Ciente da dualidade existente entre os objetos da tese, seu interesse é demonstrar que a memória não é somente uma atividade mecânica do cérebro e puramente fisiológica, mas sim, uma relação de ordem psicofisiológica que se inicia no espírito.

O pressuposto basilar de Bergson (2010) é que o cérebro integra o mundo sensível, portanto, não seria capaz de, exclusivamente ele, ser o responsável pela produção das imagens, pelo contrário, depende dos estímulos das imagens exteriores e pode modificá-las, seu argumento é o seguinte:

Fazer do cérebro a condução da imagem total é verdadeiramente contradizer a si mesmo, já que o cérebro, por hipótese, é uma parte dessa imagem. Nem os nervos nem os centros nervosos podem portanto condicionar a imagem do universo (BERGSON, 2010, p. 13-14).

Ou seja, para criar uma imagem o cérebro precisa do mundo exterior; suprimido este, suprime-se a função do cérebro. Em outras palavras, o corpo-matéria não pode, sozinho, criar uma representação, por isso precisa ser ativada pelo espírito. Assim, a percepção seria a reação do cérebro aos estímulos do espírito e está impregnada de lembranças, pois é a lembrança que permite a confluência entre os novos estímulos exteriores e os anteriormente recebidos pelo cérebro, de modo que as lembranças podem, inclusive, deslocar a percepção do real.

A percepção não é factual e independente, prescinde das lembranças. Reside aí o apelo da memória: "Por mais breve que se suponha uma percepção, com efeito, ela ocupa sempre uma certa duração, e exige conseqüentemente um esforço da memória que prolonga, uns nos outros, uma pluralidade de momentos" (BERGSON, 2010, p. 31).

O filósofo compreende que o espírito é o dispositivo que ativa a memória e, com isso, destaca as imagens permitindo a reprodução e representação do real. Ao debruçar-se sobre o estudo da memória, é importante recorrer a Bergson porque ele foi o primeiro teórico a

sugerir que a relação entre memória e cérebro não era mecânica, mas ativada por um elemento específico da essência humana, no caso, o espírito.

Ao passo que para Bergson (2010) a percepção e memória estão conjugadas, sendo a primeira o resultado da segunda por meio de estímulos do espírito, para outro filósofo de mesma nacionalidade, Merleau-Ponty (200), a percepção se dá a partir do sujeito perceptivo, considerando seus sentidos e sua relação com o outro e o objeto de contemplação. Os dois argumentos são complementares porque, de acordo com Merleau-Ponty a percepção passa também pela interpretação que um indivíduo faz de um estímulo, considerando a distância entre objeto e tese.

Dito de outro modo, a percepção seria a leitura que os sentidos fazem do estímulo – interior para Bergson, exterior para Merleau-Ponty – mas consciente de que essa interpretação não condiz com a realidade, é somente uma sugestão. O que aproxima percepção e memória, na visão de ambos estudiosos, é que nenhuma delas pode reconstruir um objeto, apenas oferecer semelhanças.

Entretanto, reside na teoria de Bergson uma lacuna: se a memória e a percepção estivessem, como sugere o autor, dispostas como em um cone onde o espírito ativa o dispositivo que recupera a lembrança e a faz emergir do fundo (*souvenir*, vir à tona), bastaria o desejo de recordar para efetivamente recordar qualquer fato, sendo necessário apenas recuperá-lo do fundo do cone através do espírito.

Em 1925, o sociólogo francês Maurice Halbwachs acrescenta uma variável fundamental ao trabalho de Bergson ao publicar sua conceituada obra *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, onde aposta que, de fato, a memória não é mecânica, entretanto, o responsável por sua ativação é a sociedade – ao invés do espírito. Para ele, as relações sociais que os sujeitos travam, estabelecem quadros sociais nos quais as memórias se apoiam e se perpetuam. O sociólogo dedicou-se por anos a esse estudo, cujo resultado é retomado, ampliado e postumamente publicado sob o título *A Memória Coletiva*, onde busca estabelecer de maneira mais contundente a relação entre memória e sociedade.

A memória é, provavelmente, o mais poderoso recuso humano, a partir dela, o homem é capaz de relacionar-se, aprimorar-se e perpetuar-se. Na esteira de Bergson, Halbwachs (2003) destaca que é usada também tanto para reforçar quanto enfraquecer nossa percepção de determinado evento. Na esfera testemunhal, a memória de um sujeito está compreendida entre um sujeito que de fato viveu uma experiência e outro que certamente não esteve presente,

porém gerou seu testemunho com base em experiências similares anteriores ou testemunho de terceiros.

Diante disso é possível distinguir uma memória individual, correspondente à interpretação de cada indivíduo que vivencia determinada experiência, mas também uma memória coletiva que reflete a assimilação geral de um grupo de pessoas. O autor argumenta: "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes" (HALBWACHS, 2003, p. 69).

Isto é, dentro da experiência coletiva, a memória individual registra de maneira particular os acontecimentos e cada sujeito terá uma percepção diferente de acordo com o lugar que ocupa em dado evento e sua relação com outros elementos internos ou externos à experiência vivida. A memória, ao contrário do que geralmente se acredita, não é algo ligado a uma única pessoa. Cada sujeito é fruto de uma coletividade, pois a memória é uma experiência sempre compartilhada.

Essa afirmação reforça o duplo engano que existe quando um indivíduo se propõe a descrever o real: o primeiro, de que é possível definir o que é real, afinal, a experiência individual não dá conta de abarcar a totalidade dos fatos; o segundo, de que é possível transpor de maneira fidedigna em linguagem a experiência vivida; o testemunho, por mais exato que seja, é apenas uma sugestão, uma aproximação do fato com a linguagem de maneira representativa.

Quando a memória de um sujeito é reforçada pela memória de terceiros, de uma maneira coletiva, onde as pessoas compartilham pontos em comum de suas memórias individuais, torna-se mais crível a exatidão de cada memória, pois é como se existisse um conjunto de memórias que se encaixam e se completam, solidificando uma única impressão. Assim, a memória coletiva tem, também, a função de corroborar e fortalecer a memória individual. O sociólogo aponta, inclusive, que outras pessoas não precisam necessariamente estar presentes em dado evento para interferirem sobre eles, pois um sujeito carrega muito dos outros dentro de si, desse modo, ao vivenciar uma experiência, o indivíduo está vivenciando-a a partir de referências prévias, compostas também por terceiros.

A memória individual, por vezes, recorre à memória coletiva, porém não prescinde dela, afinal, a memória de um indivíduo está localizada a partir de algo que ele próprio viveu (Halbwachs, 2003). É possível dizer, entretanto, que as duas formas de memória estão em constante diálogo, de forma que a memória individual pode apoiar-se na coletiva para reforço

ou verificação de terminada atividade e, nesse movimento, alterar o aspecto da memória coletiva que, invadida pela individual, pode ter sua configuração de memória geral modificada.

São também os diferentes pontos que as memórias dos indivíduos evocam que modificam a sociedade. Em vilarejos ou pequenas cidades, a convivência se dá de tal modo que a participação dos habitantes nas vidas uns dos outros é muito intensa, portanto quando ocorre um evento, forma-se tanto uma memória coletiva, com a apreensão geral a situação; como uma memória individual, que diz respeito à maneira específica que cada pessoa interagiu com tal fato, seus pontos de vistas, interesses e subjetividades. Ao registrar esses acontecimentos, a memória coletiva os perpetua e contribui para a modificação da sociedade.

Da mesma maneira, as memórias coletivas podem contribuir, com o esquecimento progressivo, para o fim de costumes e tradições, pois são os cidadãos que os mantêm, como sugere o sociólogo: "a memória de uma sociedade se estende até onde pode – quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos de que ela se compõe" (HALBWACHS, 2003, p. 105). O fragmento anterior relaciona-se justamente com a capacidade da memória coletiva de uma sociedade de contribuir para perpetuação de sua história, enquanto houver memória, a comunidade sobrevive.

Um sujeito passa, por exemplo, a viver determinado evento influenciado direta ou indiretamente por outras pessoas. Quanto a isso, o autor posiciona-se da seguinte maneira:

Quando um homem entra em sua casa sem estar acompanhado por ninguém, sem dúvida durante algum tempo ele 'andou só', na linguagem corrente – mas ele esteve sozinho apenas em aparência, pois, mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam por sua natureza de ser social e porque ele não deixou sequer por um instante de estar encerrado em alguma sociedade (HALBWACHS, 2003, p. 42)

Como observado pelo sociólogo, a memória permite a localização dos sujeitos em um contexto. Tomando como base seu argumento, é possível verificar que o mesmo conceito de memória como instrumento social, aparece em *Espaço Terrestre*. No romance acompanha-se a história de um grupo de pessoas insatisfeitas com o clima político da cidade de Recife no século IX, em eminência de Revolução Pernambucana. Com a intenção de inaugurar a própria civilização, eles empreendem um êxodo, no qual somente a memória social é condutora daquele povo "desgarrados no tempo e no espaço" (LEMOS, 1993, p. 11). Ao fundar Sulidade, cidade onde residirão dali por diante, é a memória que perpetua a tradição, os costumes e a história das famílias ali refugiadas, funcionando como um liame vivo capaz de manter a unidade do povo e sua relação atávica com o território.

Em Sulidade, a História tem papel secundário, sendo substituída pelos marcos temporais ou sociais que se solidificaram na memória coletiva. Até a noção de tempo cronológico registrado pelo calendário é difusa, uma vez que na diáspora ninguém trazia calendário. Uma das personagens do êxodo – de nome Jesuína – ficara a responsável pela contagem dos dias, entretanto, provavelmente o alterara em função da preservação de sua virgindade – adiava a data de casamento e, por conseguinte, de consumação. Inutiliza-se, assim, a ferramenta responsável por medir o tempo e localizar os acontecimentos no plano temporal, reforçando a soberania dos recursos mnemônicos.

Em dado momento da narrativa, um forasteiro aparece na cidade, porém nem mesmo ele tinha certeza da data de sua chegada. Em outra passagem, quando o naturalista Hermes Vasconcelos chegou a Sulidade, e os habitantes da cidade pareceram ávidos para saber o que aconteceu em Pernambuco depois da partida, observa-se que eles ficaram muito mais interessados em saber qual era a data daquele dia, afinal, a história oficial da capital não lhes parecia interessante já que seria o discurso externo tentando reconstruir a memória, isso não basta, pois eles não viveram aqueles acontecimentos, a necessidade era de unir à suas próprias memórias a um princípio cronológico, sendo elas condutoras da história, não o contrário.

No romance, pode-se verificar outra passagem na qual se faz presente a relação entre memória coletiva e o romance é como misteriosos estrondos ocorridos em certa ocasião passaram a fazer parte da história da cidade e isso foi perpetuado por todos os seus habitantes, tornando-se um marco temporal, não pelo registro de um calendário, mas pela memória coletiva, de modo que os acontecimentos passaram a ser mencionados como ocorridos “antes” e “depois” dos estrondos:

Os estrondos marcaram a vila de Sulidade, serviram por muitos anos de indicadores de fatos extraordinários: foi no dia dos estrondos; aconteceu três dias antes dos estrondos; foi um mês depois dos estrondos. Qualquer referência ao ano de 1924 substituíam-se os algarismos pela lembrança e nomeação dos estrondos (LEMOS, 1993, p. 178).

A chegada de uma tropa de soldados também foi um acontecimento que se solidificou na memória coletiva daquele povo. Os soldados deixaram na cidade não apenas objetos, como armas e munição, mas também uma marca profunda nas famílias, visto que mantiveram relações com as moças, engravidando-as, então, meses depois, passada a tropa, em Sulidade nasceram diversos filhos sem pai conhecido. Algumas mulheres foram, inclusive, expulsas de suas famílias, inaugurando na cidade mais um elemento cultural: a prostituição.

Igualmente, depois de uma disputa com os cangaceiros que surgiram na cidade, a memória coletiva registraria e perpetuaria tal fato como marca da comunidade, reunindo-se

para compartilhar os seus mais variados feitos, assim, as memórias individuais se fundindo com a coletiva, se deturpando e forjando uma história não oficial, mas que perduraria ainda mais que os registros escritos, sobretudo, devido ao grau de pessoalidade de cada habitante na aventura: "Não havia ninguém ferido, mas cada um tinha lambanças a contar" (LEMOS, 1993, p. 227). Em outro trecho, narra-se: "Dias depois foram-se descobrindo mais histórias curiosas. A população em peso de Sulidade reunia-se debaixo da gameleira para gozá-las" (LEMOS, 1993, p. 228).

Verticalizando tal capacidade imaginativa da memória e recorrendo às teorias de Candau (2016), é possível compreender a relação entre a tessitura da memória relatada e suas fragilidades, o autor afirma:

Muitos relatos autobiográficos são efetivamente permeados por diversos fenômenos como a trama, os rearranjos mitológicos, a paramnésia, a ocultação, os deficits mnésicos em razão da idade ou ainda os delírios da memória similares às hipermnésias oníricas. Esses fenômenos produzem efeitos diferentes, dependendo se a memória restituída for familiar, profissional, local, nacional (CANDAU, 2016, p. 72).

No caso das passagens retiradas do romance, as personagens estão impelidas a criar um relato heroico de suas façanhas e, portanto, contaminadas pela vontade de construir uma narrativa hiperbólica dos acontecimentos. Pode-se observar por meios desses fragmentos como a memória individual negocia com a coletiva, para compor a narrativa da cidade.

1.3 AS MEMÓRIAS GENEALÓGICA E FAMILIAR

Em *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Halbwachs (2004) trabalha com a teoria de quadros sociais da memória. Trata-se de um conjunto de referências espaciais, temporais, sociais, entre outras, que contribuem para que seja possível recordar, deliberadamente ou não, os acontecimentos do passado. Segundo ele, o desaparecimento ou transformações desses quadros implicaria no desaparecimento e transformação das lembranças. Para tal, arrola duas hipóteses: a primeira, de que entre o quadro da memória e o acontecimento haveria uma relação de contato, mas sem uma composição homogênea; a segunda, a qual toma como mais acertada, de que os quadros são compostos pelas lembranças e o homem é responsável por utilizar-se delas para reconstruí-los.

De acordo com o sociólogo, é natural que os adultos percam o interesse no passado, afinal, estão compondo quadros de novos tempos. Na velhice, ao contrário, existe

disponibilidade, condições e um desejo quase nostálgico de recuperar os quadros da juventude, sobretudo da infância. É de se esperar, portanto, que nos núcleos familiares exista uma conexão quase mnemônica entre avós e netos, sendo estes os responsáveis por ativar as lembranças que estiveram sempre presentes nos idosos, embora afastada progressivamente por diversos fatores do presente:

Parece bastante natural que los adultos, absorbidos por sus preocupaciones actuales, pierdan interés por todo lo que, en el pasado, no se conecte. Si deforman sus recuerdos de infancia, ¿no es precisamente porque los obligan a entrar en los marcos del presente? Pero no es el caso de los ancianos. Estos, casados de la acción, se desvían al contrario del presente, y se encuentran en las condiciones más favorables para que los acontecimientos pasados reaparezcan tal cual tuvieron lugar: Pero, si reaparecen, es porque estaban siempre allí (HALBWACHS, 2004 p. 127).

Decorre disso o interesse maior dos velhos pelo passado, nesse caso, a recordação não é somente um ato imaginativo, mas um exercício intencional de despertar a memória do que foi vivido. Precisamente por isso os velhos se ocupam de recorrer a registros, documentos, diálogos com pessoas que conviveram no passado, bem como se ocupam em compartilhá-lo. Com a renovação do interesse pelo passado na velhice, constata-se que a memória sempre esteve latente. Evidentemente, isso não significa que ele tem mais capacidade cognitiva de recuperar lembranças na velhice do que na mocidade, mas que, uma vez ancião, se preocupa com a manutenção da memória.

O princípio de transmissão de memória pelos mais velhos, sobretudo os avós, nas comunidades rurais ocorre também nas sociedades primitivas, onde os anciões são os guardiões da história da sociedade, como observa o autor:

En las tribus primitivas, los ancianos son los guardianes de las tradiciones, no solamente porque las han recibido más temprano que los demás, también porque disponen sin duda del tiempo libre necesario para transmitir los detalles en el curso de entrevistas con los demás ancianos, y para enseñarlas a los jóvenes a partir de la iniciación. En nuestras sociedades también se estima a un anciano en razón de lo que habiendo vivido durante largo tiempo cuenta con mucha experiencia y tiene un cúmulo de recuerdos (HALBWACHS, 2004, p. 129).

Por ser um instrumento social, em muitos dos casos, a memória está intimamente ligada à família, grupo que se classificaria nos quadros propostos por Halbwachs (2004). Muitas das experiências pessoais de um indivíduo se desenvolvem no contexto familiar, focalizada pelos pais ou avós. Durante a infância, a família é o grupo com o qual a criança encontra mais contato, participando ativa e intimamente dela, assim, construindo saberes e memórias. Ainda quando separada da família, geográfica ou temporalmente, ela continuará

fazendo parte do indivíduo, de maneira que ele a confronta e a dirige, chefe de um conjunto de memórias familiares.

Em seu estudo, o sociólogo arrola o caso das crianças em fase escolar. Ao chegarem à escola, elas desenvolvem laços diversos com outras crianças, professores, funcionários, entre outros; mas sua memória já é povoada por outras relações anteriores adquiridas no seio da família, que foram responsáveis por moldá-lo, pois antecedem a essa criança, regras e costumes:

De cualquier manera que se entra en una familia, por nacimiento, por matrimonio o de otro modo, se pasa a formar parte de un grupo donde no son nuestros sentimientos personales sino, antes bien, reglas y costumbres que no dependen de nosotros y que existían mucho antes que nosotros las que fijan nuestro lugar (HALBWACHS, 2004, p. 176 – 177)

Ao casar-se, uma jovem da antiga sociedade grega ou romana, por exemplo, devia iniciar-se em todas as tradições de sua nova família. Evidentemente sua memória individual não desaparecia, as lembranças da família da qual descende continuam gravadas em si, mas ela acaba por adaptar-se aos interesses e tradições que lhe são impostas.

Portanto, é a memória genealógica que organiza a noção de família, tanto que os laços sanguíneos ou de coabitação não são os únicos meios para se considerar membro de determinada família. Ela é responsável por conduzir o sentimento de pertencimento que só se justifica, segundo Halbwachs (2004), por ele mesmo. É, também, o método de assegurar a coesão e continuidade de dada família, compondo um grupo ordenado de memórias que se perpetuam.

De igual modo, o grupo familiar está intimamente ligado ao território, afinal, trata-se do lugar onde se funda a memória do grupo e de onde, em geral, não se pretende sair, consagrando-o como unidade central de estabelecimento da memória, como afirma o francês: "La familia está unida al hogar; el hogar lo está al suelo; una relación estrecha se establece, pues, entre el suelo y la familia" (HALBWACHS, 2004, p. 186).

Nas sociedades rurais tal relação é ainda mais frequente. Como seus habitantes estão, naturalmente, mais envolvidos com a terra, ela figura-se como uma preocupação central da convivência campesina, de modo que família e terra não se distinguem no pensamento coletivo. Acrescenta-se ainda que, nesse contexto, o indivíduo efetivamente possui a terra, considera-a parte integrante de sua vida e nela produz o que ele próprio usufruirá, diferentemente do que ocorre no contexto de produção capitalista industrial.

Pensando nas personagens de *Espaço Terrestre*, salta aos olhos a configuração da memória como recurso de localização dessas personagens dentro de um cosmos com ordem

própria, que é a cidade de Sulidade, e como essas personagens desenvolvem pela memória um liame, uma memória que organiza a família ou uma família que é organizada pela memória. Essa genealogia é refletida não apenas nos Albanos, mas em diversos outros personagens, na transmissão das profissões, nas características e nas tradições. Assim, não seria possível admitir para análise do romance outra abordagem da memória que não de uma memória social, genealógica e familiar.

Referente à composição genealógica da memória, o francês aponta que no contato familiar a criança recupera um passado até mesmo mais remoto que sua existência através da interação com os mais velhos, geralmente os avós. Indicando um estudo de Marc Bloch, o filósofo destaca que nas sociedades rurais geralmente são os avós que se ocupam da criação dos netos, pois os pais estão empenhados em outras atividades, seja no campo ou no âmbito doméstico, então são os avós responsáveis pela guarda das crianças que crescem em contato com tradições e costumes de um povo que não é de sua época. Os avós resguardam uma memória de um tempo diferente que é transmitido concomitantemente com o desenvolvimento da criança em um tempo de novas tradições, é um encontro de gerações onde a mais nova absorve muito do contato com a mais velha.

Segundo Ecléa Bosi (1994), professora e psicóloga brasileira, a memória coletiva “vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação” (BOSI, 1994, p. 408-411). Assim, é justamente ela que corrige, modifica e perpetua a história de um povo e, igualmente, serve como apoio para os mais velhos organizarem suas memórias individuais.

De acordo com a autora, deter-se em análise sobre as memórias dos velhos é significativo porque as histórias dessas personalidades estão mais desenvolvidas, evidentemente, pelo trajeto de vida que percorreram. Os velhos viveram a vida em diferentes organizações individuais, de sociedade e de grupos, assim a memória social registrou um período e variedade maiores de acontecimentos. Além disso, ao evocar as lembranças, o velho está reivindicando e perscrutando seu passado e sua história.

Seria o velho também responsável pela transmissão e alteração da memória familiar, dos grupos sociais, das instituições e da sociedade. A proximidade com o fim da vida e a perda da maioria das referências, faz com que eles intensifiquem o contato com as novas gerações e sejam impelidos pela necessidade de fazer retrospectivas saudosas de seu passado. Por conseguinte, como a memória individual sozinha não é suficiente para o reconhecimento de lembranças, pois esta prescinde de pontos em comum com a memória coletiva de uma

sociedade ou grupo, os mais velhos são os pontos de interseção entre as mais diversas memórias e tradições de uma família.

A modificação da história familiar pode ocorrer porque as percepções, em contato com as memórias de outros indivíduos ao longo da vida, se alteram, se deslocam e se misturam. De tal modo que, por muitas vezes, a memória coletiva se confunde com a individual, confrontando-a ou apoiando-a, como descreve a autora:

É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas ideias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma *história* dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato de entrada em nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal. Na maioria dos casos creio que este não seja um processo consciente (BOSI, 1994, p. 406).

Os quadros familiares que se formam nas memórias dos indivíduos podem se modificar ao longo do tempo, em decorrência das novas informações que se adquire, dos estímulos, reforços ou percepções que cada sujeito recebe ao longo de sua vida, como argumenta Halbwachs (2003) em *A memória coletiva*:

Tudo o que aprendo de novo sobre meu pai, e também sobre os que mantiveram relações com ele, todas as novas opiniões que tenho sobre a época em que ele viveu, todas as reflexões novas que me vêm à cabeça, à medida que me torno mais capaz de refletir e disponho mais termos de comparação, me levam a retocar o retrato que não tenho dele. É assim que lentamente se degrada o passado, pelo menos como antes me parecia. As novas imagens recobrem as antigas, como nossos parentes mais próximos se interpõem entre nós e nossos antecedentes distantes, embora destes conheçamos apenas o que nos contam (HALBWACHS, 2003, p. 94).

Segundo Halbwachs (2003) e Bosi (1994) é comum que enquanto os pais das crianças trabalhem ou exercem outras atividades, elas sejam cuidadas pelos avós, responsáveis por sua instrução, mas também pela transmissão da memória genealógica e familiar. Os acontecimentos, no entanto, podem ser relativizados pelos avós ou pelo imaginário popular:

A criança ouve com prazer os episódios da infância dos avós que, à força de serem evocados, chegam a formar um quadro com certa harmonia. Os nossos memoriosos narram com frequência fatos a vida dos avós, e até anteriores a eles (BOSI, 1994, p. 420-421).

A importância da transmissão de saberes na relação avós e netos é retratada pela pesquisadora Myriam Moraes Lins de Barros (1987) em *Autoridade e Afeto*, trabalho de campo no qual propõe um retrato das formações e estruturas das famílias brasileiras, partindo, sobretudo, de entrevistas com famílias cariocas. Em meio ao levantamento dos dados, é

possível perceber que os próprios entrevistados frequentemente situam as histórias de suas vidas a partir das vidas de seus ascendentes, alguns deles afirmando que para falar de si, precisam retomar a história de seus avós.

As lembranças dos avós, pais ou netos são recorrentes, principalmente, quando pensadas no contexto da infância, tema que desponta para explicações e associações sobre o próprio indivíduo que narra. A presença dos avós está até mesmo na ausência, quando, por exemplo, os netos não os conheceram, mas passam a atuar junto a seus próprios netos para compensar essa falta, suprimindo neles desejos ou necessidades que os próprios tiveram. Existe então uma confluência dessas vivências, como a autora observa:

A narração da história de vida realça a importância não apenas da relação dual entre avô (avó) e neto (a) vivida hoje pelos entrevistados, como também das relações familiares estabelecidas ao longo de toda a vida, que favoreceram a socialização desses indivíduos nos papéis que atualmente desempenham na família (LINS DE BARROS, 1987, p. 74).

É interessante registrar que a relação entre família e memória, compondo o liame vivo chamado memória genealógica e familiar, é a realização da memória como objeto e espaço ao mesmo tempo, ou seja, é o objeto de recordação, mas também o espaço de avivamento das lembranças, algo constantemente referido por Halbwachs, teórico a quem a pesquisadora também se refere. Tal procedimento é, de certo modo, a delimitação do tempo e do espaço pelo indivíduo através da memória, pelo ponto de vista de sua memória individual, dentro de um contexto coletivo.

Se o limite da memória é o mesmo do indivíduo, se a memória do sujeito é o limite da memória do grupo social, a sobrevivência somente será possível através da perpetuação das identidades de maneira coletiva e atávica, daí a importância de uma memória genealógica e familiar: ela é a ferramenta que conserva e permite, com atualizações, que o grupo não se desintegre, operando pela manutenção da estirpe e, conseqüentemente, da comunidade na qual está inserida. Essas memórias são vivas, se transformam por meio da reconstrução do passado, uma reconstrução que não é sempre precisa, considerando que é feita no presente, com olhares e sensibilidades já modificados pelo tempo.

No romance em análise, o avô é agente transmissor de cultura, de trabalho, de educação para o sagrado, de instrução climática, de tradições e costumes, apresentando-se inclusive como fonte de história – a história oficial do povo e da família, como se comprova com o excerto a seguir:

Do avô José Albano, com quem mais convivia, é que José Albano Neto ganhava os conhecimentos: da labuta no campo, das mudanças do tempo, das desgraças, das intempéries, do louvor à bonança, da conformação ao

sofrimento, das imposições da vida e da inutilidade da luta inglória contra o que já estava traçado por um Ser invisível que não chamava de Deus, mas que, ao referir-se a Ele, erguia os olhos ou apontava o céu com indicador rústico, apocalíptico, de determinação imemorial. Do avô, que igualmente convivera com todos os Albanos conhecidos e a todos ouvirá é que José Albano Neto apreendida as histórias da família e de Sulidade, as que provavelmente teriam acontecido. Histórias não documentadas, não contadas em livros, sujeitas portanto a interpretações pessoais, diminuições ou acréscimos próprios de narrativas que por muito repetidas vão-se deturpando naturalmente. Não obstante, para José Albano Neto o avô era o centro de tudo que dizia respeito a Sulidade e a família Nuno Varela, o avô era sábio (LEMOS, 1993, p. 13-14).

Em *Espaço Terrestre*, observa-se que os avôs são transmissores também da noção de masculinidade, sendo responsável, inclusive, por levar o neto para conhecer o sexo e "desdomar a natureza" (LEMOS, 1993, p. 12), ou seja, tornar-se parte da cultura, acrescentando o prazer ao que antes era somente natura.

É importante perceber como se dá a transmissão da memória entre esse núcleo familiar: as características passadas entre avôs e netos são mais intensas, ainda que eles não tenham se conhecido, do que as passadas de pai para filho. As características dos Albanos se repetem como princípio atávico, fazendo com que frequentemente o neto pareça com o avô, compartilhando não apenas as características físicas, marca de todos os Albanos, como a cor dos cabelos, dos olhos e a ausência de jenipapo nas nádegas², mas também interesses intelectuais, culturais e inspirações de vida, como se observa nos seguintes trechos:

Quanto a ser louro, de olhos claros, não havia discordância. Os Albanos eram todos louros e de olhos claros. José Albano Neto, diante do que ia aprendendo ou descobrindo, achava, sem revelar ao avô, que mesmo assim não tivessem sido assim tê-los-ia classificado, porque na verdade tais atributos, ao correr dos anos, principalmente agora, que Sulidade se descaracterizava, constituíam a maior glória e o constante orgulho dos Albanos. Tanto que quando se referiam a um deles, aos dois anteriores que José Albano Neto não conheceu, concluíam, sentenciosos: Era louro de olhos azuis (LEMOS, 1993, p. 15).

José Albano herdara de Albano Nuno Varela o ódio ao poder opressor, aos desmandos das classes recolhidas, aos privilégios autofinanciados por aqueles que faziam dos desvalidos os caudatários de suas ambições (LEMOS, 1993, p. 143).

² Chama-se "jenipapo" uma marca de nascença nas nádegas ou cintura que, segundo algumas crenças, indicam traços de mestiçagem. A palavra aparece no livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre e é reproduzida por Gilvan Lemos em repetidas passagens, como por exemplo, na fala de Albano Nuno Varela: "– Vejam, examinem, meu filho não tem jenipapo. – Era a prova indiscutível de sua pureza racial" (LEMOS, 1993, p. 81)

Quando os avôs e netos não convivem diretamente, a transmissão é intermediada pelo pai, então a memória do núcleo familiar continua desenvolvendo-se. A relação entre José Albano e Albano Nuno Varela citada anteriormente, por exemplo, sobrevive por intermédio do pai, como se comprova pelo trecho a seguir, do discurso do narrador:

Passou a criar José Albano como ele próprio fora criado pelo pai, da mesma maneira como o pai fora criado pelo avô. Nas horas de lazer pegava-o nos braços, montava no cavalo e ganhava as lonjuras dos ventos livres. Enfaixava o menino pela cintura, as costas dele contra sua barriga, acomodava-o no arção da sela, e era como se o nutrisse de novo, continuasse em outra fase a que a mãe iniciara, transmitisse-lhe diferentes energias de desenvolvimento e mais se ligava a ele (LEMOS, 1993, p. 146-147)

Em outra passagem do romance, essa transmissão aparece ainda mais claramente:

Albano José puxara ao avô Albano Filho gostava de ler, fazer longas viagens sem sair do lugar. Um sonhador, sempre pegado com os livros que professor Sarinho lhe emprestava. Livros de folhas amarradas, catingando mofo e mijo de rato. Naquela idade era um danado na história, na geografia, na gramática. Como Albano Filho, pai de José Albano e avô de Albano José. Tanto Albano seguido até fazia a gente se atrapalhar. Mas no caráter, nas maneiras, não se confundiam, antes de completavam, havendo curiosa transferência de identidade não de pai para filho mas de avô para neto. Ele, por exemplo, achava-se parecido com o avô Albano Nuno Varela, enquanto o filho Albano José se inclinava mais às tendências de Albano Filho seu avô, dele, Albano José (LEMOS, 1993, p. 167)

No romance de Gilvan Lemos, transmite-se por meio das personagens tanto a memória e a história quanto as características físicas, é uma memória genealógica e genética, curiosamente, todas as esposas que morreram tinham os cabelos escuros. A memória se organiza de acordo com um princípio atávico que se direciona como um elo entre as gerações, desde os gestos e tradições mais simples até a noção de unidade entre a família dos Albanos.

José Albano Neto, no entanto, verificava que os dedos dos seus pés se friccionavam da mesma maneira de ontem, de anteontem e de anos atrás, obedecendo-lhe a vontade, dele, José Albano Neto, que desse modo ancestral – assim o pai, assim o avô – espantava a preguiça mal desperta à jornada de trabalho; que seus olhos então piscavam com a mesma indolência e desinteresse, a enxergar objetos, reais ou imaginários, do mesmo modo fracionados pela desatenção ou pelo acúmulo de lembranças superpostas, como se o olhar desses olhos, movido por uma força remota, persistente, intencional, tivesse o só propósito de livrá-lo dos meandros do sono e da carência (LEMOS, 1993, p. 10)

Em outro trecho o narrador pontua:

a gente revive e se transcende do pai, do avô, do bisavô, tetravô e vai por aí voltando. Impossível retroceder ao primeiro homem do qual se originou a hereditariedade por isso, desde o seu aparecimento na terra, o homem é um só (LEMOS, 1993, p. 254).

Todo avô já o é antes do nascimento do neto, pois, já experimentaram eles mesmos serem netos e estabeleceram uma relação com seus próprios avôs. Do mesmo modo, um filho poderá sempre ocupar qualquer função na sociedade ou jamais conhecer seu pai, mas jamais deixará de ser um filho. A relação genealógica é, portanto, irreversível. E como são os avôs os principais transmissores das memórias genealógicas e familiar, quando estes morrem, permanecem ativos nas memórias dos netos, que lhes restituem significados.

De certo modo, é como se ao longo de todos os anos a memória genealógica e familiar tenha forjado o mesmo Albano, diluído em muitos, que reivindicam a história de seu povo, de sua cidade e, sobretudo, ostensivamente empunham a memória como armas para existirem como cidadãos no presente, ligados por um sentimento único.

O núcleo familiar encontra-se submetido a um tempo cíclico³, conduzido pela memória genealógica e familiar, onde os Albanos se repetem indefinidamente. Esse ciclo se estende repetidamente na confluência de características entre avôs e netos, na perca das esposas após o parto, na vontade de conhecer o Brasil que foi abandonado na diáspora, no temperamento, entre outros elementos. Perpetuada pela tendência mnemônica da memória, o primeiro Albano sempre retorna:

Contudo, em vez de partir, ele voltava. Voltava no neto de antiga parceria, de consciência afetuosa, de ensinamentos e aprendizados mútuos, os extremos que embora paralelos sempre se encontravam. Tudo que era seu fora seu, nele se concentrava, sólido como a dureza dos maus tempos. Em todos os Albano, como o pai lhe dizia repetidamente, o avô José Albano se resumia, firmava história, se eternizava, como fora seu desejo (LE MOS, 1993, p. 260)

O sentimento que guia o grupo dos Albanos transcende os limites da vida, uma vez que na memória reside a capacidade de perpetuar o significado de uma pessoa mesmo depois de falecida. Isso pode ser observado na estreita relação entre os Albanos avôs e netos, de modo que quando um falece, continua presente no outro, como verifica-se no trecho a seguir, de uma passagem na qual José Albano passa por uma dificuldade e acredita estar sendo protegido pelo avô:

Ou talvez o avô, donde estivesse, dedicava-se então a protegê-lo, a ele, José Albano. Nada comentou com o pai, mas sorriu enternecido, certo de que

³ A discussão sobre tempo cíclico é extensamente realizada pela professora Ivanda Martins em sua dissertação. Partindo da hipótese de que o cronotopo assume fundamental importância na organização da narrativa, ela constata o imbricamento entre as imagens espaço-temporais no romance. A referência completa é a seguinte: MARTINS, Ivanda. *O cronotopo na obra Espaço Terrestre: o diálogo tempo-espaço como princípio organizador da narrativa*. 1997. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ainda contava com os favores de Albano Nuno Varela, seu avô (LEMOS, 1993, p. 115)

Essa mesma memória é como um fio condutor da vida, pois as personagens sobrevivem por meio delas, como constata José Albano ao despedir-se do neto, que iria empreender a volta para Recife, fazendo o caminho contrário do tetravô: "Não vamos morrer nunca, Neto, meu neto. Nem eu nem você, porque na verdade nem eu sou você nem você é você. Nós todos sempre fomos um só, sempre fomos Albano Nuno Varela" (LEMOS, 1993, p. 269). Observa-se, portanto, que recordar é, não somente fazer vir à tona suas lembranças (*souvenir*, de Bergson), mas reativá-las por meio das relações que foram travadas com outros indivíduos e em outros quadros permitindo sua atuação na formação dos sujeitos, nesse caso, constata-se a teoria de Halbwachs (2004) de que a memória é um instrumento social.

1.4 MEMÓRIA GENEALÓGICA E FAMILIAR COMO PRINCÍPIO DA CULTURA ATÁVICA

O ensaísta Édouard Glissant (2005) propõe uma divisão dos tipos de cultura baseado numa distinção sobre o funcionamento do pensamento nos estudos de Deleuze e Guattari, que estabelecem a distinção entre pensamento raiz e rizoma. O primeiro é o que destrói tudo a sua volta e este último o que vai ao encontro de outras raízes. A categorização do ensaísta retoma essas acepções e, relacionando-as às questões de identidades, estabelece uma distinção entre culturas atávicas, diretamente relacionadas ao pensamento raiz, e culturas compósitas, por sua vez, relacionada ao pensamento rizoma.

É importante destacar que, como apontado pelo ensaísta, um pensamento raiz ou cultura atávica não significa algo necessariamente ruim, visto que funciona também como um mecanismo de preservação de identidades. Nesse sentido, a cultura atávica parte de um mito fundador para legitimar uma terra como território, a noção de pertencimento se dá a partir do mito fundador que se perpetua e se fixa como elemento representativo e princípio organizador da sociedade, como se deu com a Bíblia nas sociedades cristãs, o *Popol Vuh* dos maias, a Torá dos hebraicos, entre outros.

A relação entre mito e memória é discutida pelo antropólogo Jöel Candau (2016), ao afirmar que a memória permite a perpetuação do mito e tanto memória quanto mito são as responsáveis por modelar os sujeitos e também o contrário:

A memória, ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento (CANDAU, 2016, p. 16)

O autor observa também que os grupos onde existe uma relação intensa e recíproca entre seus membros, são mais propícios à constituição de uma forte memória coletiva como princípio organizador. Nos núcleos familiares, por exemplo, os contatos são mais fortes, os membros compartilham a história de suas gerações e, conseqüentemente, características semelhantes.

Os mitos fundadores permitem que um povo reconheça a terra como território por meio da filiação, uma gênese, como se observa em *Espaço Terrestre*, com a criação da cidade Sulidade e a noção de pertencimento do povo a essa comunidade isolada através das décadas por meio da memória coletiva, genealógica e familiar que são transmitidas e, desse modo, perpetuam histórias, mitos e lembranças que se confundem com a história oficial, tornando-se um mito fundador, tanto na figura dos primeiros habitantes da cidade como dos costumes e tradições. Até mesmo a história oficial é um desdobramento do mito fundador, porque é ele que orienta a abordagem histórica do discurso até confundir-se com ele e é resultado das interferências da memória, como coloca Bosi (1994):

O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história. Este é, como se pode supor, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos. No outro extremo, haveria uma ausência de elaboração grupal em torno de certos acontecimentos ou situações. A rigor, o efeito, nesse caso, seria o de esquecer tudo quanto não fosse "atualmente" significativo para o grupo de convívio da pessoa. (BOSI, 1994, p. 67)

O caráter de território de Sulidade, pode ser corroborado pelos estudos do geógrafo suíço Claude Raffestin (1993), que estabelece a distinção entre espaço e território. Segundo ele, território envolve posse e modificação do espaço pelos agentes que atuam sobre ele, isto é, pressupõe uma ideia de posse e poder:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço (RAFFESTIN, 1993, 143).

A fundação de Sulidade implica tanto a gênese de um mito, quanto o estabelecimento das relações de posse das personagens sobre o território. Essa teoria coincide com a categorização de Tuan (1983), ao estabelecer que “espaço” significa o ambiente que se deseja.

Quando Sulidade era ainda apenas o desejo de criar uma nova civilização, era um espaço habitado, quando as memórias do povo, sobretudo por meio da genealogia, começaram a alterar a configuração da cidade, ela tornou-se um território, que foi perpetuado através das gerações, de modo que sua gênese solidificou-se como um mito fundador.

A modificação do território implica relação de poder porque exerce domínio sobre a natureza e instaura dinâmicas sociais, como postula Raffestin:

Toda prática espacial, mesmo embrionária, introduzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessitura, nó e rede. É interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

Por tessitura, nó e rede, compreende-se um esquema onde o conjunto de objetivos que se faz do território está disposto juntamente com o agente que o modifica e realiza-os de modo a assegurar o espaço como território. No caso do romance em questão, observa-se que por meio da memória genealógica e familiar os agentes operam as modificações no espaço.

A relação entre a memória familiar e o território se estabelece desde tempos antigos, como nas comunidades gregas e romanas, onde o núcleo familiar celebrava seus rituais aos deuses no ambiente doméstico, criando um vínculo entre aquele território e os membros da família. Naturalmente, cada família compunha sua própria relação com a coletividade, de modo que se formava uma série de tradições e costumes que se difundiam por meio de casamentos e nascimentos de novos membros, sempre consagrando a presença do grupo sobre o solo. Ainda assim, o grupo familiar participava também das comemorações coletivas com a sociedade em geral, assim, influenciava e era influenciado por ela, modificando e modificando-se ao mesmo tempo. A mesma implicação entre família e terra observa-se na junção ou divisão de terras por meio dos matrimônios.

A legitimação do espaço como território pelo mito fundador ocorre, sobretudo, porque a memória é ostensiva e estabelece um elo entre o indivíduo e a comunidade, Halbwachs (2003) observa: "só adquirem um direito de propriedade sobre uma terra ou sobre uma coisa a partir do momento em que a sociedade da qual são membros admite a existência de uma relação permanente entre eles e essa terra ou essa coisa" (HALBWACHS, 2003, 172). É exatamente esse o recurso dos habitantes de Sulidade em *Espaço Terrestre* que, pela perpetuação do mito fundador – a criação da cidade – legitimam aquele espaço como seu território, reconhecendo a relação permanente entre eles e a cidade, principalmente, nas sucessões das famílias descendentes.

Os conceitos de cultura atávica e mito fundador estão presentes no livro de Gilvan Lemos por intermédio das personagens apátridas que empreendem um êxodo até um lugar no qual fundam sua própria comunidade social, reivindicando a posse daquela terra através das gerações por meio das memórias individuais e coletivas. A fundação da cidade é o mito norteador para a gênese de uma memória atávica que se perpetuará pelo grupo familiar.

A noção de enraizamento de uma comunidade em um território também é discutida pelo professor João Carlos Tedesco (2002), que problematiza a relação entre casa e memória familiar através da legitimação de pertencimento de uma comunidade:

As casas são testemunhos edificados do grupo familiar, de sua dimensão mais íntima, dos ritmos diários, dos rituais, das rupturas e descontinuidades e da sucessão de gerações. Entendida como espaço simbólico, a casa passa a ser integrada ao indivíduo através de suas vivências, sendo elemento importante na manutenção da identidade social do idoso. A casa é o elo integrador. Ela e os seus objetos internos e externos ligam-se à noção de enraizamento, de pertencimento, de rede de reciprocidade e sociabilidade, num mundo de vida cotidiana, de convivência, cenário dos ritmos onde a lógica e a simbologia da terra, no caso para os camponeses, interligam-se formando uma totalidade identitária de vida rural (TEDESCO, 2002, P. 63-64)

Baseando-se nessa posição teórica, é possível verifica-la de maneira particularmente acentuada em *Espaço Terrestre*, visto que todas as casas foram erguidas pelas mãos das próprias famílias, assim que se fixaram em Sulidade, e foram passadas entre as gerações, perpetuando memórias. A relação entre casa e personagens é extremamente significativa de modo que, após a morte da esposa de Albano Filho, este abandona a residência da falecida e volta para sua primeira casa, no sítio, onde criará seu filho juntamente com o avô, a partir de então se fortificam os laços de memória genealógica e familiar.

Uma variação dessa relação entre território e memória aparece em seguida: quando Albano José nasce, seu pai José Albano pensa em deixar a cidade, uma vez que sua esposa, Maria da Saudade, morre no parto – aliás, todas as esposas dos Albanos morrem no parto em decorrência da maldição de Bilisa, velha feiticeira do Jirau – mas não pode fazê-lo, pois tem um filho para criar, isso reforça ainda mais o laço genealógico entre ele e o filho, pois, pode dedicar-se integralmente a ele, transmitindo de maneira direta as memórias. Todo o cenário contribui para tal, tanto o isolamento na casa da família – passou a viver afastado da cidade, dedicando-se ao filho e aos trabalhos rurais porque as pessoas de Sulidade o faziam evocar memórias desagradáveis – como na lida diária com o filho, os objetos ao redor, entre outros.

É comum que indivíduos estabeleçam relações sentimentais com objetos que lhe tragam alguma memória afetiva, seja porque tal objeto pertenceu a alguém especial, seja

porque ele teve uma presença significativa na vida do indivíduo. Essa relação é fluida e com o distanciamento vai ganhando novos significados, servindo para referenciar histórias que se transmutam ou que se confundem com a pessoa a que pertenceu o objeto. Uma das primeiras atitudes de José Albano é recuperar uma cadeira que teria servido para sua própria criação e manutenção da relação com o pai e agora lhe serviria com o filho:

Foi ao galpão dos despejos, mexeu nos velhos trastes até encontrar a cadeira que o servira tempos atrás, a cadeira que o pai lhe fizera para tê-lo ao lado no trabalho diário. Restaurou-a, trouxe-a para casa, pensando: O sonho de meu pai era conhecer o Brasil. Não viajou por minha causa. Agora é este coisinha que me prega a mesma peça (LEMOS, 1993, p. 146)

Percebe-se a referida cadeira como objeto emblemático para a família, que não é um mero objeto utilitário, possui valor afetivo importante por fazer parte da história da família.

No processo de memória genealógica ligada ao território, percebe-se como a ligação entre avôs e netos é importante para as escolhas das personagens. José Albano, por exemplo, compartilhava com o avô, Albano Nuno Varela, o sentimento de aventura, de sair da cidade para conhecer novos espaços, esse sentimento fora de certo modo sufocado pelo pai, mas após a morte de dele, finalmente pode dar vazão ao desejo guiado pela memória do avô, e vai embora de Solitude.

Segundo Bosi (1994) o compromisso entre família e território é secular e remonta a Roma antiga:

Na Roma antiga a terra pertencia para sempre à família que a cultivava, que nela enterrava seus mortos e erigia o altar dos deuses lares. Terra, família, religião comungavam no mesmo espírito. Na terra se cultivavam o alimento e a memória dos vivos e mortos. Chuvas, sementeiras, poda, colheita eram ciclos da faina agrícola mas também marcavam as festas, o rejuvenescimento da comunidade. Se cada família não tem mais, como na Roma antiga, seus cantos, preces, seu próprio cultivo, não se pode negar que tenha um espírito seu, uma maneira de ser, lembranças e segredos que não passam das paredes domésticas (BOSI, 1994, p. 424).

Em outras sociedades, embora, por vezes, não se mantenham os ritos e demais tradições, pode-se perceber a manutenção de um elo que transcende as gerações e transmitem a noção de pertencimento. É uma ideia complexa e inexplicável, que não pode ser compreendida pelos sujeitos externos ao grupo na qual se estabelece.

A relação entre memória e território é também significativa ao considerar-se a formação dos indivíduos. O território modifica as pessoas e o inverso também ocorre, portanto, a memória se encarrega de registrar os acontecimentos de uma maneira que mesmo que em um momento posterior o território seja eliminado, as memórias permanecem como

elementos da formação afetiva dos sujeitos, tendo como base os mitos fundadores de uma comunidade.

O procedimento organizacional da memória de uma comunidade atávica intrinsecamente relacionada com as memórias genealógicas e familiares, pois essas são condutoras da cultura. Observa-se esse movimento, sobretudo, nas relações entre avôs e netos: "A criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização" (BOSI, 1994, p. 73).

Diante disso, é possível considerar a as memórias genealógica e familiar como princípios da cultura atávica, pois é uma memória que, guiada pelo mito fundador, valida a presença dos indivíduos sobre o território pela transmissão das memórias aos membros do núcleo familiar e mesmo quando esse núcleo se desagrega, ela se perpetua justificando o domínio sobre o território:

As lembranças do grupo doméstico persistem matizadas em cada um de seus membros e constituem uma memória ao mesmo tempo una e diferenciada. Trocando opiniões dialogando sobre tudo, suas lembranças guardam vínculos difíceis de separar. Os vínculos podem persistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem. Esse enraizamento num solo comum transcende o sentimento individual (BOSI, 1994, p. 423).

No romance de Lemos (1993) a memória também orientou a relação com a linguagem, os sobrenomes das famílias, por exemplo, foram se alterando ao longo do tempo de acordo com características que as pessoas resguardavam ou a cidade de origem, bem como os filhos começaram a ser batizados de acordo com variações dos nomes dos pais e exercer, por sua vez, as profissões desses. A questão da linguagem que se perpetua em Sulidade e a própria gênese da cidade são basilares para a continuidade da memória justamente por serem mitos fundadores de uma genealogia.

No caso dos sobrenomes, pode-se recuperar o argumento de Tedesco (2002):

O sobrenome, por exemplo, não é apenas uma identificação pessoal que se esgota no indivíduo que o carrega; há imagens, contatos com a história, com formas de comunicação temporal, integridades e persistências. Os nomes associam-se a tradições, a moralidades, ao elemento de continuidade. (TEDESCO, 2002, P. 51)

Ao analisar os dados de suas entrevistas, Lins de Barros (1987) também tangencia a questão dos nomes, relacionando essa perpetuação com a intenção de patrilinear a transmissão da memória da família, bem como estabelecer uma hierarquização e tradição familiar:

O ciclo desse tempo familiar renova-se também através dos nomes. A neta de Ricardo tem o mesmo nome de sua avó materna e de sua irmã. A adoção

de nomes aos descendentes, embora tenha sido mencionado apenas por este entrevistado, não é incomum no universo das camadas médias e fica patente quando se concretiza através dos homens marcando a patrilinearidade da transmissão do nome de família. Herda-se o nome e o sobrenome paterno, e após o qual se segue o Filho ou o Neto. A transmissão do nome e do sobrenome por linha patrilinear representa, também, nesse meio social, uma preocupação em ‘aristocratizar’ o nome de família, forjando uma tradição familiar nos moldes das grandes famílias de que nos fala Freyre (LINS DE BARROS, 1987, p. 89).

A pesquisadora oferece um mecanismo para compreendermos a repetição dos nomes das personagens acrescidos de “Filho” e “Neto”: trata-se do princípio da solidez de determinado grupo social dentro de uma comunidade, onde a ascendência e a repetição do nome serve para situar um indivíduo como parte integrante de uma tradição e identificá-lo na vida pública, de maneira a registrar seu valor. Assim, a família demonstra a ancestralidade e a identidade do sujeito, tanto que a monarquia é um modelo respeitado até os dias atuais.:

Por sua vez, Candau (2016) afirma que memória e nomeação estabelecem uma relação entre si, podendo significar uma forma de controle sobre o indivíduo ou a restauração de uma memória coletiva, como afirma em seu estudo:

Todo dever de memória passa em primeiro lugar pela restituição de nomes próprios. Apagar o nome de uma pessoa de sua memória é negar sua existência; reencontrar o nome de uma vítima é retirá-la do esquecimento, fazê-la renascer e reconhecê-la conferindo um rosto, uma identidade (CANDAU, 2016, p. 68)

Essa relação de ressignificação pela nomeação pode ser observada nos procedimentos preparatórios para enviar presos para os campos de concentração nazistas. Ao destituir-lhes de seus nomes e atribuir-lhes somente uma numeração, as pessoas desde então já sofriam a primeira violência, a privação de suas identidades e rebaixamentos de suas humanidades a um mero número.

No romance ora analisado, os nomes de batismo das personagens são fundamentais para a afirmação de suas posições no mundo a partir de suas ascendências. Do mesmo modo, conservar essa nominação é lembrar-se da importância social do indivíduo em determinado grupo, como explica Candau (2016):

Chamar alguém por seu nome – e mesmo escrever corretamente o seu sobrenome – é lembrar-se da atribuição é do reconhecimento social de uma identidade. Igualmente, ‘fazer o nome’ é agir para a posteridade, ter a esperança estéril de não desaparecer no esquecimento. Como mostram esses diferentes exemplos, não é suficiente apenas nomear para identificar, é preciso ainda conservar a memória dessa nominação, o que é a razão de ser da memória administrativa registrada nos atos de estado civil (CANDAU, 2016, p. 69).

A questão da nomeação é fundamental para entender também o complexo jogo da linguagem das genealogias. As famílias judias, por exemplo, que fugiam da Santa Inquisição, uma vez convertidos em cristãos novos, muitas vezes alternavam seus sobrenomes para "nomes cristãos", pois o simbolismo que carregava a semântica de seus batismos antigos os denunciava e os punha em risco, visto que seriam facilmente reconhecidos nas comunidades e questionados quanto à dedicação a sua nova fé.

A confluência de perspectivas de tais pesquisadores, portanto, evidencia a importância da linguagem para manutenção da memória de um grupo biológico no contexto social, afinal, são os nomes que perpetuam e identificarão determinado indivíduo como parte de uma família e sugerirá seu lugar na sociedade. Na prática, é possível observar esse mesmo movimento a partir das personagens do romance analisado, não apenas na família dos Albanos, mas também nas outras famílias de Sulidade e até mesmo nas profissões e posições que os habitantes da cidade ocupam, como mencionado anteriormente.

2 ASPECTOS MNEMÔNICOS DO TERRITÓRIO EM *ESPAÇO TERRESTRE*, DE GILVAN LEMOS

Neste capítulo imbricam-se conceitos e discussões de fundamental importância para compreender a orientação deste trabalho até o momento: elaborar uma análise da memória genealógica e familiar e sua importância para solidificação do elo atávico que consagra a terra como território do grupo familiar dos Albanos.

Em *Espaço Terrestre*, os liames mnemônicos que se apresentam são de ordem genealógica, a conduzir as personagens pelo enredo em uma trilha viva e latente que inaugura um sentimento atávico por entre as gerações, sobretudo, na família nuclear da trama, os Albanos, e sua relação com o solo que ocupam. É de se supor que se a memória conduz as identidades, a família integre de maneira singular essa relação, afinal, é o berço de todas as referências daqueles que nascem e partilham momentos com seus pares sendo ambiente propício para sua manutenção.

Debruçar-se sobre esse grupo em um estudo literário torna imprescindível também a elaboração de uma síntese entre literatura, sociedade e personagens, bem como uma discussão sobre os ambientes em que vivem e compartilham suas experiências, ampliando a discussão iniciada no capítulo anterior sobre o elo atávico com território. Assim, o presente capítulo se propõe demonstrar, a partir da análise do texto literário e do aporte em teorias diversas, como a memória no supracitado romance desenvolve-se por meio das relações sociais entre as personagens, criando um elo atávico com o território. O referencial teórico baseia-se, principalmente, em estudos de Aleida Assmann (2011) e Jan Assmann (2016), Gaston Bachelard (2008), Antonio Candido (2008; 2014), Costa Lima (2002), Michael Pollak (1992), Raquel Rolnik (1995) e Marisa Corrêa Silva (2005).

2.1 BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE A SOCIOCRÍTICA

Considerando a proposta de análise da obra de Gilvan Lemos a partir da memória de suas personagens, faz-se necessário esclarecer a orientação teórica desta análise, colocando-se dentro da perspectiva de crítica sociológica da literatura.

O traço distintivo entre a crítica sociológica do discurso literário e as outras Escolas de Ciências da Linguagem, como por exemplo, a Estilística, o Formalismo, Estruturalismo, entre outras, é que ela condiciona o texto ao objetivo de compreensão dos mecanismos sociais e

suas características (COSTA LIMA, 2002). É dizer, seu esforço parte do elemento *interno*, o discurso; para o *externo*, a sociedade, de modo a ilustrá-la.

O crítico Luiz Costa Lima (2002) argumenta que tal método de análise apresenta vantagens e desvantagens. Tratando-se de desvantagens, salienta que pode ocorrer uma dissociação do objeto em específico:

Se o seu propósito se manifesta predominantemente em favor de uma compreensão da sociedade, sua tendência será a de ver as obras literárias e artísticas como epifenômenos do tecido social, como ‘documentos’ da ‘realidade’, capazes por si de dizerem desta (COSTA LIMA, 2002, p. 661 – 662).

Ao compreender o texto literário como um fenômeno que descreve fielmente a realidade, incorre-se no erro de fazer uma interpretação tendenciosa. A Literatura não é documento e, igualmente, não é natural, mas o resultado das interferências das culturas mediadas pela imaginação, de modo que seu significado também não é natural, mas condicionado pelos contextos históricos, sociais e políticos de uma época.

Como vantagem, é evidente a capacidade da análise sociológica do discurso literário oferecer articulação de teorias no plano do discurso ficcional, possibilitando o estudo da representação de fenômenos, classes, grupos, entre outros na literatura. É exatamente esse o movimento proporcionado pela presente pesquisa: articular teorias das mais diversas áreas do conhecimento para debruçar-se sobre uma obra estética sem juízo de valor, mas como objeto de análise científica de sua relação com a sociedade.

De acordo com Marisa Corrêa Silva (2005), os primeiros autores que se debruçaram declaradamente sobre a Crítica Sociológica foram os franceses Mme. De Stael e Hyppolite Taine, no início do século XVIII. A primeira, tendo se dedicado a refletir sobre as consequências da Revolução Francesa na sociedade europeia e a efervescência cultural e intelectual que então se instaurava. O segundo, assumia uma postura determinista, na qual o homem é fruto do meio em que vive.

Também se podem salientar as teorias de George Lukács (2009) que, profundamente influenciado pelo marxismo, elaborou a teoria da organização da forma do discurso literário e como essa se transfigurou ao longo da história acompanhando, como não poderia deixar de ser, a história da humanidade, partindo, sobretudo, da evolução da epopeia para o romance por meio da evolução dos próprios quadros sociais de suas respectivas épocas.

No Brasil, nos séculos XIX e XX, destacam-se estudos de Silvio Romero e Antonio Candido, provavelmente o autor mais relevante sobre o tema, por sua visão acurada dos diversos fatores e perspectivas da relação estética com o mundo social. Na concepção de

Antonio Candido (2008) o texto literário não é um objeto isolado, de modo que não deve ser considerado puramente como elemento estético desconsiderando suas relações com a realidade.

Partindo desse argumento, o teórico formula uma de suas mais conhecidas afirmações: "o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*" (CANDIDO, 2008, p. 14, grifos do autor). Portanto, a criação artística é sempre um ato criativo e imaginativo por meio da imitação (*mimesis*). Em outras palavras, a literatura se apropria da organização da sociedade para dar expressividade e o caráter efetivamente literário por meio da linguagem.

Nesse sentido, a arte é a representação do real através de estilização formal, que propõe uma organização para os elementos:

A literatura é essencialmente uma reorganização do mundo em termos de arte; a tarefa do escritor de ficção é construir um sistema arbitrário de objetos, atos, ocorrências, sentimentos, representados ficcionalmente conforme um princípio de organização adequado à situação literária dada, que mantém a estrutura da obra (CANDIDO, 2008, p. 187).

Desse modo, a literatura, como arte, reflete a sociedade não por descrevê-la, mas por se apropriar dela para, através de meios estéticos de organização de linguagem, dar vazão a necessidade de expressão dos indivíduos.

Esboçadas as relações entre Literatura e Sociedade, é importante compreender como se configura a construção da personagem ficcional, uma vez que ela é a representação do sujeito e este, por sua vez, é reflexo da sociedade na qual se insere. A personagem é um dos elementos essenciais na composição dos romances, como o escritor e crítico E. M. Foster (1976) aponta, não pode haver enredo, sem personagem, pois é a partir delas que o enredo emerge.

Antônio Candido (2014) também se debruça sobre o tema no livro *A Personagem de Ficção*, que traz ainda estudos de outros teóricos, todos em volta do mesmo tema. No referido livro, o autor argumenta que a personagem da ficção é ontológica e sua construção passa pela subjetividade, diferentemente do discurso de função fática, por exemplo, que anuncia justamente o que é, sem desvios, pressupondo um objetivo claro. O enunciado ficcional, por outro lado, cria possibilidades que se materializam por meio das personagens que compõem seu discurso. E a tentativa é a de criar um cosmos que simule a realidade, onde a personagem habitará de acordo com a verossimilhança interna, admitindo que ocorra como real o que seja

verossímil para ela; como ocorre nas narrativas de realismo maravilhoso. Para o leitor, as ocorrências são efetivamente invenção, mas a personagem se comporta como se fosse parte natural de seu universo de criação.

Mesmo quando as personagens retratadas no romance são baseadas em pessoas reais, como ocorre em *Espaço Terrestre* com o empréstimo pelo romancista das figuras históricas de Luis Rego Barros e Luis François Tollenare, é importante perceber que elas partem do plano da realidade para o plano da invenção. Não é a reprodução fiel da vida dessas pessoas, caso o fosse, se trataria de uma biografia, não de um romance que se propõe a criar, em torno de suas existências reais, um desenvolvimento ficcional. Gilvan Lemos, evidentemente, valeu-se da realidade para compô-las, mas esta foi somente um dado inicial.

O que a literatura faz é representar pelas palavras um ser autônomo de existência plena na imaginação de seu criador desde antes do fato ser contado, esse é o poder da ficção: criar um cosmos onde a personagem existe, habita, empreende sua jornada, negocia com outras personagens, mas tudo em caráter imaginativo. O cosmos onde ela habita não é o mesmo que seu autor nem seu leitor, mas pelo pacto ficcional torna-se um possível. Avulta sobre ela a possibilidade de existir somente porque alguém a criou pela palavra, baseada ou não em uma experiência social. Ela se assemelha às pessoas reais, entretanto, o autor lhe deu características delimitadas, ela existe dentro da condução e natureza criada por ele.

É justamente por isso que a personagem é elemento tão importante na composição literária, pois centraliza não somente a ação, mas também o universo de ficção criado pelo autor. Além disso, conduz a narrativa, sem ela não existe história. Como confirma Candido:

É uma impressão praticamente indissolúvel: quando pensamos no enredo pensamos simultaneamente nas personagens; quando pensamos nestas, pensamos simultaneamente na vida que vivem, nos problemas em que se enredam, na linha de seu destino - traçada conforme uma certa duração temporal, referida a determinadas condições de ambiente. O enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo. Enredo e personagem exprimem, ligados, os intuitos do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados e valores que o animam (CANDIDO, 2014, p. 53 - 54).

Isto posto é significativo entender a construção das personagens para entender também suas relações com a memória e o território onde estão inseridas, sobretudo, se ela contribui de maneira significativa para compor o enredo como as próprias personagens o fazem. A memória no romance *Espaço Terrestre* só existe por meio das personagens, em um eterno jogo de perpetuação da memória individual e coletiva, da memória da família e do território, e é por meio delas que o enredo se compõe.

Compreendendo a dimensão social da literatura e sua capacidade de plasmar a realidade por meio de suas personagens, foi possível orientar a análise do romance dentro dessa perspectiva, trabalhando com elementos tais quais personagens e território para empreender uma articulação ente eles e os aspectos mnemônicos, como se verá a seguir.

2.2 A MEMÓRIA SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES

Como evidenciado pelas teorias de Halbwachs (2003; 2004), Bosi (1994) e os demais autores arrolados no capítulo inicial deste trabalho, a memória é articulada com as relações sociais; são as interações do indivíduo com o mundo que permitiram a construção e a manutenção de suas memórias. Segundo o sociólogo Michael Pollak (1992), existem três elementos imprescindíveis para a constituição da memória: acontecimentos, pessoas e lugares.

Primeiramente, *os acontecimentos*, sejam eles de testemunho ocular ou vividos por meio de transmissão do grupo ou comunidade a qual o sujeito pertence. Nas palavras dele: “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p. 201).

Em segundo lugar, *as pessoas*, ou personagens, estas que realmente podem ter existido ou aquelas recuperadas pela memória histórica e não necessariamente fizeram parte do círculo social do sujeito.

Por fim, *os lugares*, dizem respeito aos lugares públicos e privados, deslocados ou não do plano temporal na memória individual, ou ainda ambientes institucionalizados de manutenção de memória, como museus e monumentos.

Recuperando esses elementos, pode-se considerar a importância de focalizar a composição da obra literária, nesse caso o romance *Espaço Terrestre*, por meio da memória, uma vez que o enredo congrega todos esses aspectos, permitindo uma investigação profícua de seu desenvolvimento. A relação ação-personagens-lugar surge como mecanismo central para o entendimento da narrativa, sobretudo, no que diz respeito à transmissão de memórias e da filiação atávica do território no plano ficcional.

Se admitirmos que a memória é construída social e individualmente, admitiremos também existir uma estreita ligação entre memória e identidades – como já apontado por Candau (2016), uma vez que as identidades são também construídas no plano social. Pollak (1992) postula:

Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros (POLLAK, 1992, p. 204).

É a memória que organiza os elementos nos quais se baseiam as identidades: a noção de localização, de pertencimento a determinado grupo, experiências morais e psicológicas, entre outras. Seriam também memória e identidades valores em frequente disputa:

Todo mundo sabe até que ponto a memória familiar pode ser fonte de conflitos entre pessoas. Por exemplo, todos os que fizeram pesquisas de história oral sobre as estruturas familiares nas classes populares, como já fiz na Áustria, puderam verificar o quanto um nascimento ilegítimo pode ser um ponto importante quando se trata de resolver litígios ligados a heranças. Não se trata apenas de herança no sentido material, mas também no sentido moral, ou seja, do valor atribuído a determinada filiação (POLLAK, 1992, p. 205).

Como valores, os dois conceitos estão condicionados aos operadores sociais e aos quadros de memória. O quadro que compõe a memória familiar é responsável por reivindicar através de filiação as identidades de seus membros e qual o grau de pertencimento deles. Em *Espaço Terrestre*, o quadro focalizado é o familiar e a relação dos Albanos na transmissão genealógica das memórias do grupo. Esses quadros repercutem também na maneira como as gerações se relacionam com os territórios em que vivem, criando uma relação atávica, como observa a professora Aleida Assmann (2011):

O significado dos locais das gerações surge do vínculo duradouro que famílias ou grupos mantêm com um local determinado. Assim surge uma relação estreita entre as pessoas e o local geográfico: este determina as formas de vida e as experiências das pessoas, tal como estas impregnam o local com sua tradição e histórias (ASSMANN, 2001, p. 328)

Tal observação implica reconhecer que os espaços de memória estão transpassados por uma relação familiar que permite reconhecer os espaços como instrumentos capazes de guardar suas histórias e perpetuar suas identidades.

Outro teórico que evidencia a relação entre memória e identidades é o professor de egiptologia Jan Assmann (2016). De acordo com ele, a memória capacita as identidades e permite que elas se relacionem com determinados tempos: (1) O *tempo interno*, subjetivo, corresponde ao nível neural de formação de uma identidade também interna, que será desencadeada pela memória individual. (2) O plano do *tempo social*, onde o indivíduo está mediado pelos papéis sociais e tem como consequência uma memória comunicativa. Por fim,

o (3) *tempo histórico* de fundo cultural, no qual forma-se a identidade cultural do sujeito, relacionado, como não poderia deixar de ser, com uma memória também cultural.

O pesquisador apoia-se nas teorias de Halbwachs sobre a dimensão social da memória para propor os conceitos *memória comunicativa* e *memória cultural*, que juntamente com a memória individual, formam os três níveis de tempo, memória e identidade supracitados.

A memória comunicativa está intimamente ligada aos relatos de experiências individuais vividas em um contexto histórico coletivo, modelado pelos quadros sociais existentes. Ela desenvolve-se, portanto, a partir das relações coletivas de trabalho, família, afeto, entre outras, desencadeada pelos testemunhos ou escuta de relatos que formam parte da biografia de um indivíduo inserido em dado contexto social. É chamada assim porque é essencialmente articulada pela linguagem. Esta é a manifestação latente da memória no romance *Espaço Terrestre*, uma vez que são as relações de linguagem e perpetuação de história coletiva que orientam a comunidade.

A memória cultural, todavia, é objetivada, exteriorizada e eminentemente armazenada por meio de símbolos e artefatos, de modo a permanecerem estáveis. Trata-se da memória aportada pelos indivíduos e grupos em objetos, rituais, festas, imagens, textos, entre outros, que são capazes de desencadear o processo de rememoração e, por conseguinte, perpetuação. É, portanto, passível de institucionalização, em forma de museus, arquivos, bibliotecas e outros.

Nesses tipos de memória, não se ignora o plano coletivo de Halbwachs, mas o bifurca para atender a dimensão da linguagem pela memória comunicativa e a dimensão do objeto pela memória cultural. Ainda assim, diferem entre si, como demonstra o professor:

A memória comunicativa não é institucional; não é mantida por nenhuma instituição que vise ensinar, transmitir ou interpretar; não é cultivada por especialistas e não é convocada ou celebrada em ocasiões especiais; não é formalizada ou estabilizada por nenhuma forma de simbolização material; ela vive na interação e na comunicação cotidiana e, por essa única razão, tem uma profundidade de tempo limitada, que normalmente alcança retrospectivamente não mais que 80 anos, o período de três gerações que interagem (ASSMANN, 2016, p. 119).

Isto é, a memória comunicativa, uma vez que depende das relações sociais para perpetuar-se, é limitada aos agentes de transmissão, enquanto que a memória cultural, pelo caráter estável, desenvolve-se com maior alcance. O professor observa também que o limite da memória cultural é o da memória reivindicada, ou seja, nesse caso, a memória não é exatamente a história, mas o que se lembra dela, isso se dá porque a memória cultural não preserva a história em sentido estrito, mas os símbolos que a representa. Desse modo, só é

possível recordar do que é identificado, revelando, mais uma vez, a relação entre memória e identidades.

As contribuições da memória às identidades são, evidentemente, complexas, visto que sujeitos não têm identidades estanques, mas em constante transformação em contato com comunidades, crenças, sistemas políticos e outros; a composição das memórias, por sua vez, também é múltipla, condicionada às experiências sociais que o indivíduo absorve. Ainda assim, é ela a responsável por organizar as identidades, pois é o mecanismo humano capaz de armazenar conhecimento e possibilitar a noção de pertencimento do homem a alguma esfera social, como é o caso dos Albanos e dos demais cidadãos de Sulidade.

2.3 O TERRITÓRIO COMO INSTRUMENTO DE MEMÓRIA E ATIVIDADE SOCIAL NO ROMANCE DE GILVAN LEMOS⁴

Um dos temas mais frequentes ao longo da história da literatura é a cidade, provavelmente porque ela é o organismo vivo da sociedade, refletindo através de sua organização ideologias e tipos sociais. O tema da cidade aparece desde os textos mais tradicionais, como na Bíblia, que apresenta o Éden. Também foi objeto de reflexão de filósofos, aparecendo desde a Grécia Antiga com *A República* de Platão; passando por *A Cidade Feliz* de Francesco Patrizi, bem como na literatura em *Utopia* de Thomas More, *As Cidades Invisíveis*, de Ítalo Calvino, dentre outros.

Em algumas obras, a cidade aparece como elemento utópico ou metafórico para conduzir a narrativa, como se observa em *Cem Anos de Solidão* ou no supracitado livro de Thomas More. O mesmo procedimento ocorre em *Espaço Terrestre*, onde se apresenta também um caráter encantatório que faz da cidade criada por Gilvan Lemos um retiro, onde as personagens podem constituir novas vidas livres das leis que regem a sociedade exterior, fundando suas próprias comunidades.

A gênese de Sulidade parte do princípio da insatisfação com o lugar que as personagens ocupavam anteriormente. O grupo que parte do Recife, vivia o clima de Revolução de 1817 e iminência dos movimentos de independência e não conseguia

⁴ Esse tópico revisa e amplia discussões apresentadas pela primeira vez em artigo de minha autoria, cuja referência completa é a seguinte: SANTOS, A. F. Sulidade e Macondo: um estudo comparado das cidades em *Espaço Terrestre* e *Cem Anos de Solidão*. *Revista Ribanceira*, v. 12, p. 111 – 120, 2018.

vislumbrar uma efetiva liberdade que levasse a melhoria das condições de vida – tanto dos civis como dos escravos – embora esses últimos conservassem a condição de cativos também em Sulidade, livrando-se dessa somente quando fugiram para uma comunidade índio-negra vizinha.

O objetivo de liberdade e fuga dos retirantes evidencia-se pela descrição que o narrador faz sobre Sr. Ramires, personagem que organiza a partida de Recife e logo convence Albano Nunes Varela:

Tinha lido Rosseau, Fourier, Montesquieu, assim meio à superfície, era verdade, mas aprendera alguns rudimentos de suas ideias, qualquer coisa do iluminismo, positivismo, anarquismo... Ora, essas ciências. O que queria mesmo era viver em paz [...] Sua ideia era reunir-se com os patrícios, juntar fundos e meios, ganhar as brenhas, criar no sertão bravio uma espécie de falanstério (LEMOS, 1993, p. 50)

Afirmar o caráter utópico de Sulidade é situá-la no conceito da palavra empregado por Thomas More em seu romance que, como aponta Teixeira Coelho, deriva de "ou-topos, o não-lugar, lugar nenhum, nenhures" (COELHO, 1980, p. 16). Na obra de More, a ilha situada em um não-lugar é o espaço de construção de uma vida melhor que no restante dos ambientes, igualmente assim empreende-se a diáspora que funda Sulidade: a inadequação dos indivíduos em Recife os move pela busca de um lugar melhor. Isso fica ainda mais evidente em outro momento no qual o narrador esclarece sobre Sr. Ramires: “Queria distância da civilização que lhe ofereciam capciosamente, queria ele próprio construir a sua civilização” (LEMOS, 1993, p. 57).

É importante destacar que em Sulidade não existe o princípio do Estado como organizador, pelo contrário, os cidadãos escapam do Estado para viver sob as leis de um contrato social que não é escrito, de uma organização feita pelos próprios civis. Não existe, por exemplo, um imperador ou presidente, muito menos divisão por classes. Talvez os únicos símbolos de autoridade que permaneçam sejam o cristão, na figura do padre, e dos militares, na figura dos soldados, ainda assim, com ressalvas.

A personagem do Padre Feitosa é a todo tempo ironizada e retratada como corrompido. Os cidadãos de Sulidade, majoritariamente católicos, reconhecem no Padre Feitosa – que chegou junto com o êxodo e foi um dos fundadores da cidade – certa ordem, porém pouco respeitosa, pois é um sacerdote que mantém sugeridas relações sexuais com as beatas, sendo até pai de alguns "afilhados". Na história da humanidade, verifica-se a imposição do celibato aos padres como estratégia de conservar a posse das terras sob o domínio do Clero, o que ocorre em *Espaço Terrestre* é uma ironia com o celibato religioso

por meio da genealogia de Padre Feitosa, cujos filhos, entre eles um homossexual, seguem sua profissão e conservam sua propriedade.

O referido padre empenhou-se, portanto, na construção de um templo, inconcluso, para o qual exigia um sino magnífico. O sino enorme foi carregado desde Recife, com extrema dificuldade, para ser agregado à primeira igreja de Sulidade, pela dificuldade de instalação – que ocasionou, inclusive, uma morte – ficou esquecido por anos. É frequente que a cidade se erga em torno de algum monumento que justifique sua criação e a vida cotidiana passa a orbitar nele ou através dele, como por exemplo, os palácios e as igrejas. A localização da igreja é um princípio ideológico: é em volta do monumento que representa a fé em Deus que a cidade se compõe, sobretudo para os habitantes de Sulidade, que descendem de uma comunidade que guarda forte tradição cristã portuguesa.

Quanto aos soldados, no momento que uma comuna deles invadiu Sulidade o movimento que houve foi de integração, de modo que não representaram, efetivamente, uma autoridade:

Todas as noites passava a ronda militar, com o fim de recambiar os irresponsáveis desordeiros. Logo os da ronda aderiam à patuscada, e o cordão dos farristas em vez de acabar aumentara. Os rapazes da vila, a princípio enciumados, se juntaram a eles. Aprendiam-lhes as malandrices, os negaceiros mundanos, os gestos desabridos, atualizavam-se (LEMOS, 1993, p. 197).

Albano Nuno Varela após a morte do Sr. Ramires, torna-se líder do povoado, sem ser eleito, uma vez que pela lógica da recém-criada cidade, não existiria o senso de hierarquia no sentido de liderança, mas acordados numa espécie de pacto silencioso, por terem sido os primeiros habitantes. Como se comprova pelo seguinte excerto: “Não haveria rei, governador, senhor, mandante algum. Em caso de desavenças, se reuniriam e na mesma hora encontrariam a solução que fosse justa e conveniente à comunidade” (LEMOS, 1993, p. 64, 65).

A família Albano é o mais próximo de uma instituição que represente a manutenção da ordem, mas em um aspecto simbólico, de conselho: quando há algum problema na cidade, recorrem aos patriarcas da família para conduzir a resolução do caso, por exemplo, na passagem que ocorre a primeira morte em Sulidade.

A localização da cidade é indefinida, o caminho percorrido não foi delimitado nem mesmo pela ordem cronológica, uma vez que o controle do calendário ficou a cargo de Jesuína que manipulou a contagem a fim de adiar seu casamento. Sabiam que a partida tinha sido em 15 de maio de 1826, mas não era possível precisar a data que a cidade foi criada. Sobre o local diz-se:

Permaneceriam ali mesmo, lugar agradável, com a vantagem de ficar num sítio meio escondido, protegido, que era, de um lado, por serras e rochedos; do outro, pelo rio maior, que embora não se mostrasse tão caudaloso a ponto de chamar a atenção dos descobridores, aventureiros ou geógrafos, supriria perfeitamente as necessidades da comuna. O que pretendiam, como prioridade, era isolar-se do mundo até então conhecido por eles (LEMONS, 1993, P. 64).

Em Sulidade, a distância do restante da civilização era quase que total, mas ainda assim alguns personagens deixaram a cidade e voltaram em seguida, como foi o caso de José Albano, que quando retorna, traz uma esposa.

Ele retorna nove anos depois, estes nove anos solidificaram alterações na cidade e no próprio José Albano, a cidade e ele completamente diferentes. Até mesmo o movimento de retorno para Sulidade depois de todos esses anos é a resignificação de um trajeto, feito primeiramente por seus antepassados ao empreenderem o êxodo do Recife. O trajeto que os antepassados fizeram ficou na memória coletiva dos habitantes da cidade, pois é a partir dele que Sulidade se forma, é como reviver a história da cidade e a ancestralidade de sua própria história.

Quando José Albano retorna a Sulidade, a cidade que ele deixou para trás é não mais que o conjunto de experiências que ele teve quando a habitou, pequenos elementos que constituíram uma memória. Agora, retornando, ao longo de sua caminhada, ela representa novas experiências que realizam uma série de tensões entre o que ele vivenciou e o elemento novo, do desconhecido, mas que guarda resquícios de uma memória afetiva e topográfica.

O primeiro ponto desse trajeto de retorno é a casa, a casa é guardiã primeira das memórias, pois é onde a criança desenvolve os primeiros laços afetivos. Nesse ponto, pode-se recorrer à teoria do filósofo francês Gaston Bachelard (2008) no estudo *A Poética do Espaço*, onde o autor pretende fundar uma metafísica da imaginação baseada nos espaços e objetos, para tal, situa seu entendimento a partir das interpretações pessoais dos sujeitos. Ele reconhece que o método científico que pretende a impessoalidade é insuficiente para entender os procedimentos de interpretação das imagens e, conseqüentemente, da interpretação da própria subjetividade das imagens.

Seu interesse surge da compreensão de que imagem é linguagem, de modo que tudo que expressa, é parte integrante do indivíduo. Com isso, percebe a arte e, por conseguinte a literatura, como o redirecionamento da perspectiva da imagem, o que permite concluir que a construção dos ambientes pode operar de maneira simbólica para caracterizar as personagens e até mesmo o enredo.

A criação dos ambientes na ficção permite não a substituição da realidade, mas a construção de uma nova realidade sensível, através da linguagem. É justamente nesse viés que se encontra a importância da casa e, principalmente, do retorno a ela em *Espaço Terrestre*. Segundo Bachelard “a casa é o nosso canto no mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos”. (BACHELARD, 2008, p. 24). Em outro ponto, admite: “é graças à casa que um grande número de nossas lembranças estão guardadas” (BACHELARD, 2008, p. 27). Memória e ambientes são indissociáveis, pois representam a resistência do passado.

Para José Albano aquela casa que ele encontra em seu retorno já é outra. Evidentemente a estrutura básica permanece imutável, mas pelo abandono em que se encontrava até então plantas cresceram desmedidas, as cabras fugiram e os demais animais que eles criavam retomaram sua natureza indomesticada. Também pela distância da memória que guardou e desse homem que é agora no reencontro com essa casa, ela está diferente. E ele também.

Como retorna com a esposa, as memórias que ele a transmitiu sobre a cidade não correspondiam. Primeiro porque a linguagem não é capaz de transferir com exatidão as impressões humanas, segundo porque a cidade da qual ele falara já não era a mesma. Naquela casa, as memórias em turbilhão, concentra-se a memória desse nativo que retorna e reencontra a cidade modificada, que encontra o vazio dos ambientes e das pessoas que conhecia. Passado e presente se confrontando, se sobrepondo e se sublimando, tal passagem confirma um argumento de Ecléa Bosi de que “cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que permaneceram como pontos de demarcação em sua história” (BOSI, 1994, p. 418). Em outras palavras, a cidade que José Albano esperava encontrar, só existe em sua memória, porque está demarcada por ela.

Outro território de memória da cidade, configurando-se como quadro social de Halbwachs (2004) é o bar, ambiente de convívio e encontro dos habitantes onde o grupo cria e modifica lembranças. Na lembrança de José Albano existia somente o bar Caminho do Céu, os nove anos que o separaram daquele lugar não apenas modificaram o próprio Caminho do Céu, como geraram um Café Ponto Chic, especializado em bebidas mais elaboradas. Em honra dos velhos tempos José Albano frequentaria o Caminho do Céu, mas visitaria também o Ponto Chic, as memórias sobrepondo o passado e presente em um trajeto afetivo etílico.

Quanto ao lastro financeiro, outro operador social definidor das condições de cada indivíduo, em Sulidade as relações comerciais seriam operadas tanto na moeda corrente como

por meio de escambo. Esse método funcionou perfeitamente até que a cidade recebesse exploradores surpreendidos pela quantidade de moedas de ouro que ali existiam.

O dinheiro, para quem quisesse, circularia normalmente, com seu valor atual, mas apenas como meio de equilibrar e organizar a convivência geral. Não haveria prevalência para quem o possuísse em maior quantidade, ou inferioridade social para quem em menor o tivesse, mesmo porque não distinguiria ninguém a posse de um bem que estaria disponível a todos, nem a ostentação duma grandeza que de resto seria impraticável obter. E aquele que não o tivesse, ou o tivesse em quantidade tão insignificante que era o mesmo que não tê-lo, poderia valer-se do escambo, que seria praticado naturalmente. Em comum acordo escolheriam a terra de que necessitassem, daí em diante cada um construíse sua casa, cada um governador a si próprio e à sua família (LEMOS, 1993, p. 65).

A professora e arquiteta Raquel Rolnik (1995) afirma que por ser, essencialmente, forjada pelo trabalho da imaginação dos homens, a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza. Ela desafia a natureza justamente porque é cultura, assim, é a passagem do natural para o cultural fruto da intervenção humana. O homem primitivo era nômade, não concebia a ideia de fixar-se em um território e com ele iniciar uma relação de atavismo por meio do trabalho, da memória e da permanência. Quando se sedentarizou, ele fixou residência e trabalho em determinado local e passou a alterar sua geografia, delimitando determinado lugar como seu território na terra e assim reorganizou sua vida social e cultural.

Esses elementos compõem a ligação entre o homem e sua comunidade, como salienta a professora: "Não são somente os textos que a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários) que fixam esta memória, a própria arquitetura urbana cumpre também esse papel" (ROLNIK, 1995, p. 17). Em outras palavras, a relação com a terra e seu entendimento como território passa pela questão da construção da memória e do depósito de informações pessoais que o homem fixa nele, bem como a maneira que a arquitetura e disposição da cidade permitirão estabelecimento de ligação com outros sujeitos.

Por mais isolado que um indivíduo seja em uma cidade, ele representa um fragmento da sociedade, é parte da coletividade, então é essa dimensão pública e política dos espaços que implica nas relações sociais, na vida coletiva e na organização dos habitantes dessa cidade. A autora aponta que "ser habitante de uma cidade significa participar de alguma forma da vida pública" (ROLNIK, 1995, p. 23).

Halbwachs (2003) observa: "não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial [...] não há grupo nem gênero de atividade coletiva que não tenha alguma relação com o lugar" (HALBWACHS, 2003, p. 170). A vida em comunidade é também a criação de uma memória individual, coletiva e afetiva, que se mantém intrínseca nos

visitantes, nos nativos, e no entre-lugar que compreende o nativo que retorna. Essa memória, evidentemente, se forma de maneiras diferentes em cada indivíduo, dando ênfase a distintos acontecimentos, permeados por diferentes pontos de vistas, mas sempre de um fundo coletivo, porque ao entrecruzar-se fatos no tempo e espaço, essas experiências não se dão em completa solidão.

Nesse sentido, os locais são guardiões de memória e representação simbólica dela. Para compreender essa relação, é relevante recorrer ao trabalho da professora Aleida Assmann (2001), que aponta para uma distinção entre *genitivus objectivus* e *genitivus subjectivus*, sendo o primeiro, “a memória que se recorda dos locais” (p. 217), enquanto o segundo seria uma memória situada nos locais. Em Sulidade observa-se a relação de *genitivus objectivus*, pois embora a cidade seja um símbolo e espaço de recordação, é a memória de seus habitantes que a valida e perpetua. Em outras palavras, a cidade não tem capacidade imanente de memória, mas existe porque ancora as memórias dos sujeitos que dela se recordam.

A cidade compreende a movimentação das pessoas nas vias, nas casas, nas praças, nos bares, pessoas que vem e vão em fluxo contínuo, que chegam pela primeira vez ou retornam depois de um afastamento breve ou longo, e que se cruzam nesse constante movimento. Afastado da sua cidade natal, aquele que retorna empreende um duplo trajeto, o primeiro, efetivamente ligado ao plano das memórias, de um passado que pode estar relacionado com a família, os amigos e à história da cidade. O segundo trajeto corresponde a uma topografia afetiva (ou uma geo-memória), o elo entre os dois planos temporais, evocado a cada reencontro com um ponto físico do presente que remete ao passado. É o presente evocando o passado para confrontar a memória. Em ambos os casos, um mais subjetivo e outro relacionado ao plano geográfico, as memórias coletiva, individual e a afetiva configuram-se como elementos não apenas com poder de resignificar a cidade, mas também de resignificar esse indivíduo que retorna, contribuindo para sua formação afetiva, social e política.

A manutenção da memória opera pela manutenção da cidade. No caso de Sulidade, quando se acaba com a preservação da memória, cedendo a ideia de progresso, inicia-se o processo de sua derrocada. Quando a “descobrem” e o povoado é invadido por repórteres e agentes políticos que quebram o elo atávico mnemônico e genealógico delimitando terras, impondo leis e fazendo com que a cidade passe a ser tutelada pelo Estado, ela é contaminada. Essa intervenção externa elimina a memória do mito fundador.

Sulidade foi contaminada pelo suposto progresso, pelo avanço científico e a crescente integração entre a sociedade externa e a fundada na cidade, deixando de existir como um não-

lugar, integrada a sociedade, Sulidade deixava de ser um projeto utópico. Nesse caso, lembrar ou constatar a existência da cidade foi o início de seu fim.

3 REPRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA NA FICÇÃO ATRAVÉS DA MEMÓRIA EM ESPAÇO TERRESTRE

O traço distintivo entre história e ficção está no uso que cada uma delas faz do instrumento que possui: a palavra. No primeiro caso, têm-se a pretensão de negociar um real, uma verdade, mesmo que ela seja direcionada por uma ideologia e possa ser objeto de uma série de questionamentos de ordem filosófica (o que é o real, o que é a verdade, qual o papel da subjetividade do historiador, entre outros). No segundo, a linguagem é manipulada para criar através da imaginação. Na arte, reside o potencial de representar a fábula; e a literatura, como arte, expande esse potencial porque se propõe a descrever não o possível, mas os possíveis (COSTA, 1992), o alargamento do real.

Essa discussão aparece ao longo da teoria das artes desde muito, provavelmente iniciada por Platão que, de certo modo, deprecia o conceito de mimeses – em seguida retomado e enaltecido por Aristóteles. Não ignorando, mas abreviando, a discussão d'A *Poética*, texto creditado como fundador da teoria literária no Ocidente (COSTA, 1992), pretende-se, por hora, focalizar em estabelecer paralelos entre a história e a ficção, especialmente a literatura.

Esse capítulo, portanto, se propõe a investigar como a história é representada pela ficção a partir das personagens de *Espaço Terrestre*. Para tanto, empreendeu-se uma discussão bibliográfica sobre os entrelaçamentos entre realidade, ficção e memória e também um levantamento histórico acerca do contexto retratado no romance, a saber: o estado de Pernambuco nos séculos XVIII e XIX, considerando que o discurso ficcional mantém vínculos com o discurso histórico. Consultaram-se reflexões teóricas de autores como Costa Lima (1989), Paul Ricœur (1997), Roger Chartier (2013) e Pierre Nora (1993), bem como livro e documentos histórico-sociológicos de Luis-François Tollenare (1905), Orlando Parahym (1978) e Luiz Delgado (1972).

É importante perceber como esse movimento se dá de dentro do texto para o contexto: Gilvan Lemos usa o romance para registrar a história, porém não existe a preocupação do romancista de detalhar com precisão os eventos de fato ocorridos, mas de abordá-los como parte da vida das personagens por um viés distinto daquele focalizado pela história oficial, de modo a ressaltar o ponto de vista das figuras comuns do povo, pois esse registro valida suas memórias.

3.1 IMBRICAMENTOS ENTRE LITERATURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA

Os estudos de Linguagem que se desenvolveram com o Estruturalismo evidenciaram, segundo o professor Albuquerque Junior (2007), os processos de narrativa como instrumento de trabalho de diversas áreas do conhecimento e, conseqüentemente, contribuíram para o debate que aproximou História e Ficção, afinal, os historiadores baseiam-se na narrativa para construir seu saber e precisam manipular a linguagem de modo a estabelecer os limites e caminhos de seus discursos.

As ideias pós-renascentistas que alçaram a História ao patamar de ciência, reafirmando seu pacto com a noção de verdade, a transformou em algo exterior ao homem, fruto de uma análise objetiva e racional. Por sua vez, é a Literatura que assume o papel de fábula, tocando no sombrio da existência humana. Dito de outro modo, a História propõe uma aproximação com a ciência, buscando um panorama da realidade e verdade, conceitos frequentemente problematizados pela Literatura, que funciona pela de invenção, como aponta o professor:

Sua crescente formalização científica a levará casa vez mais para longe da vida dos homens, das veias que pulsam e do sangue grosso que nelas fervilha, para se tornar a narrativa de eventos sem sangue, anti-sépticos, mesmo quando narra suas guerras e revoluções. Eventos que passaram a ter como personagens os próprios conceitos, abstratos e racionais, que a própria história inventa (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 48).

História e Literatura, embora muitas vezes usem do mesmo instrumento de trabalho, a linguagem, ocupam lugares diferentes na ordem do discurso, mesmo quando compartilham os mesmos contextos, atuam de forma diferente. A Literatura é composta por acontecimentos muitas vezes não racionalizados, impressões e digressões outras, intrínsecas dos sentimentos e sensações humanas. Ela se abre para História e ambas se fecundam, gerando, cada uma a seu modo, as narrativas.

O crítico literário brasileiro Benedito Nunes (1988) localiza o traço distintivo entre narrativa histórica e narrativa ficcional em um contraste com o mito. Recuperando o período medieval, o autor aponta que a história como etapa do passado não deixava de ser também fábula (*story*), é a dualidade que ele denomina de História Profana e História Sagrada.

Outro momento de dicotomia apontado por ele, surgiu com o pensamento Humanista do Renascimento, que elegeu, de um lado a história-arte e de outro a história-ciência. A primeira pode ser observada nos trabalhos de Honoré de Balzac, por exemplo, que pintava costumes da época e a história nacional como expectador próximo dos acontecimentos. O

segundo tipo, a história-ciência, foi fundada na pesquisa de fontes, na busca por uma verdade histórica – embora nem sempre praticada com máximo rigor, como indica o autor.

A intenção de fazer da história um discurso totalizante e científico levou com que os historiadores adotassem a narrativa como método, conseqüentemente, o discurso histórico passou a assumir um caráter de efeito fictício, pois tentava apreender os fatos como uma unidade neutra. É dizer, a história passa a apelar por uma potencialidade que não existe: a capacidade de abarcar a totalidade do real.

Seriam, então, essas dicotomias responsáveis pela incorporação da História às Ciências Sociais e o conseqüente abandono da narrativa como método principal. De modo que ao fim do século XVIII, as duas áreas, História e Literatura, assumissem a narrativa como discurso exclusivamente não ficcional, no primeiro caso, e método ficcional, no segundo. No último século e na contemporaneidade apresenta-se cada vez mais a intenção de retorno da propriedade da história como relato ou narração pessoal de testemunho, como se observa em autores como Jacques Le Goff, Paul Ricœur, Pierre Nora entre outros, que buscam focalizar aspectos mais humanos e sociais da historiografia.

Baseando-se nas teorias de Ricœur para elaborar sua tese, Nunes (1988) conclui que a "a irreabilidade do que chamamos ficção é uma forma de redescoberta do real – tomando-se porém está última palavra não mais no sentido de realidade empírica" (NUNES, 1988, p. 25) e, por conseguinte, a ficção, sendo organizada pelo discurso poético, pode interromper, deslocar ou direcionar a intensidade dos fatos a medida que os descreve.

O entendimento atual é que as duas áreas não são formas que se confundem, mas claramente ainda resguardam traços semelhantes entre si, pois o instrumento é o mesmo. Sobre essa distinção, Luiz Costa Lima conclui:

Em síntese, a proximidade que a narrativa estabelece entre a escrita da história e o discurso ficcional não determina que a história seja um gênero do segundo. Próximos, os materiais histórico e ficcional são facilmente permutáveis, sem que cada um, ao penetrar na territorialidade do outro mantenha a sua identidade anterior. Na história, a ficção se torna um meio auxiliar, válido enquanto suscita questões a serem testadas; na ficção, o material histórico entra para que permita a revisão de seu significado, que adquire a possibilidade de se desdobrar em seu próprio questionamento (COSTA LIMA, 1989, p. 106).

Ainda há de se ressaltar que o escritor propõe um afastamento entre a realidade e seu texto, provocando um estranhamento no leitor, estranhamento este que dará o caráter imaginativo da ficção, seu sucesso depende de não ser completamente fiel à realidade porque é, sobretudo, a não fidelidade à representação do mundo que desestabiliza o leitor. No caso de

Gilvan Lemos, por exemplo, o autor desestabiliza a realidade porque trata da história por meio das pessoas simples ao invés dos grandes ícones (Igreja, Estado, importantes famílias), questionando assim o que teria acontecido a essas pessoas, contando a história doméstica e cotidiana dos costumes⁵, enquanto relega às figuras históricas a um papel secundário. Assim, a memória, mesmo que fictícia, se sobrepõe à história oficial.

Outro traço distintivo, diz respeito à própria composição da estrutura ficcional: narradores, personagens, organização temporal, deslocamentos espaciais, entre outros elementos que apresentam a característica da literatura por excelência: o ato imaginativo. Sobre esse aspecto o filósofo francês Paul Ricœur (1997), no terceiro tomo de seu aclamado estudo *Tempo e Narrativa*, se posiciona da seguinte maneira:

A característica mais visível, mas não necessariamente a mais decisiva, da oposição entre tempo fictício e tempo histórico é a *libertação* do narrador – que não confundimos com o autor – em relação à obrigação maior que se impõe ao historiador, ou seja, sobrar-se aos conectores específicos da reinscrição do tempo vivido sobre o tempo cósmico (RICŒUR, 1997, p. 218, grifos do autor).

Tomando esse argumento, percebe-se que a vinculação entre história e ficção apresentam algumas distinções claras, sobretudo, do ponto de vista da arquitetura de suas formas. A limitação da história está condicionada ao que se estabelece dentro da realidade, pautada em documentos e fatos verificáveis, enquanto à literatura cabe a fabulação. Personagens e narradores, por exemplo, podem apresentar reações e percepções distintas dos agentes da história oficial. Ambas podem se apropriar dos mesmos dados, documentos, registros, mas estruturá-los de maneiras diferentes.

Ao analisar a questão dos enlaces entre tempo e narrativa, o filósofo francês estabelece um entendimento sobre a mecânica de dados históricos em obras ficcionais:

No entanto, enganar-nos-íamos gravemente se concluíssemos daí que esses acontecimentos datados ou datáveis arrastam o tempo da ficção para o espaço gravitacional do tempo histórico. Dá-se o contrário. Do simples fato de que o narrador e seus heróis são fictícios, todas as referências a acontecimentos históricos reais são despojadas de sua função de representância relativamente ao passado histórico e obedecem ao estatuto irreal dos outros acontecimentos (RICŒUR, 1997, p. 220).

Ao escrever representância, o filósofo refere-se ao conhecimento de um passado dito real, em paralelo a uma função de significância, que diz respeito ao relacionamento do texto e

⁵ É essa abordagem, social e cotidiana, que importantes historiadores contemporâneos empreendem, dentre eles os supracitados Jacques Le Goff, Paul Ricœur e Pierre Nora.

do leitor por meio da leitura da narrativa ficcional. É a modalidade de significância que a literatura expressa e focalizamos aqui, a apropriação de um objeto, a história, para empreender um movimento de manipulação da linguagem na criação da ficção.

Para analisar a representação do passado na literatura, o historiador francês Roger Chartier (2013) evoca o conceito de “energia social”, fundamentado nas análises de Stephen Greenblatt sobre Shakespeare e a Inglaterra renascentista, tal conceito diz respeito tanto ao procedimento de criação estética da literatura quanto sua capacidade de interferir juntamente a seus leitores, propiciando percepções e experiências. O teórico argumenta:

Por un lado, lo que capta la escritura literaria es la poderosa energía de los lenguajes, ritos y prácticas del mundo social. Múltiples son las formas de las negociaciones que permiten semejante captura estética del mundo social: la apropiación de los lenguajes, el uso metafórico o material en el caso del teatro de los objetos de lo cotidiano, la simulación de los ceremonias y discursos públicos (CHARTIER, 2013, p. 30).

Tal citação reforça a noção de literatura como ferramenta social para identificar e registrar dado período, negociando com seus leitores e com a própria linguagem, métodos de verificação da realidade. O termo representa a apropriação dos elementos e a transposição deles para o meio literário possibilitando a leitura parcial de uma sociedade ou período a partir da leitura de literatura. Nesse sentido, a representação do passado está intimamente ligada à compreensão da memória como um todo orgânico e fundado nas relações sociais.

No caso da história, seria considerar que, de fato, ela apresenta uma visão mais extensa dos fatos e por vezes com intenção de ser totalizante, porém somente as memórias dos indivíduos – no caso do romance, memórias inventadas – seriam capazes de oferecer um cenário verticalizado dos fatos porque estaria partindo da memória viva. A história seria, portanto, a demarcação feita por historiadores que analisam os acontecimentos de um ponto exterior, a memória por sua vez, seria efetivamente as lembranças dos indivíduos inseridos no contexto dos acontecimentos.

Considerando a relação entre história e memória, o historiador francês Pierre Nora (1993) estabelece a distinção entre elas:

a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura

ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraiza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 9).

A interpretação da citação anterior desvela na compreensão da memória como um fenômeno social, que certamente está suscetível a alteração ou esquecimento, mas primordialmente enraizada e solidificada na experiência do indivíduo, tratando especificamente da literatura, seja no ato da fruição literária ou na manifestação da memória das personagens.

Nesse sentido, o historiador português Fernando Cartroga (2001) afirma que a historiografia pode ser legitimadora de memórias e tradições quando recupera mitos de fundação, seja de nações, grupos ou heróis, com isso, a relação entre Literatura e História se fortalece, pois, por meio dessa última, é permitido imaginar realidades possíveis. Na obra de Gilvan Lemos, o caráter inventivo da Literatura funciona como mecanismo para explorar o mito de fundação de uma comunidade ficcional que, entretanto, simboliza o mito de fundação do Brasil: nascido na miscigenação dos povos e do suor das classes menos abastadas – frequentemente negadas pelos registros oficiais.

É através da relação entre história e memória, por exemplo, que as personagens de *Espaço Terrestre* podem acessar o mundo exterior, uma vez que estão exilados em Solidade. Em determinadas ocasiões é somente por meio da narração de algum visitante que eles podem tomar conhecimento de fatos importantes da história, como quando a coluna de soldados chega à cidade e eles são surpreendidos pelas informações dos sucessivos governos do país. Poder-se-ia dizer que história é a universalização da memória e a memória, mesmo quando fragmentada, é a composição da história.

3.2 REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA PELA MEMÓRIA EM *ESPAÇO TERRESTRE*

Na abertura de *Espaço Terrestre*, Gilvan Lemos informa aos leitores que colheu os dados históricos de alguns livros, são eles: *Notas Dominicais*, de Louis-François Tollenare; *Traços do Recife*, de Orlando Parahym; e *A Convenção de Beberibe*, de Luiz Delgado. As reflexões aqui apresentadas, portanto, surgiram do diálogo entre essas obras e o romance.

Ao início, destaca-se o seguinte excerto:

Olinda continuava a ser capital da província, embora o Recife já a ultrapassasse em número de habitantes, movimento comercial e tudo mais, tendo avançado da ilha onde se originara até as outras vizinhanças e alcançado o continente, dando mostra de que pretendia dilatar-se, enquanto Olinda minguava em seu ressentido orgulho, nostálgica dos antigos faustos, os mesmos que tinham despertado a cobiça dos holandeses, há quase dois séculos. Incendiando Olinda e instalando-se no Recife, que nesse tempo não passava de pequena aldeia de pescadores, os holandeses o valorizaram e o tornaram mais importante que Olinda, assim a derrotando duas vezes (LEMOS, 1993, p. 18).

Como se percebe pelo trecho acima, o Estado de Pernambuco que se apresentava no início do século XIX era ainda fortemente marcado pelas diferenças de classes que levaram ao cabo a Guerra dos Mascates, no século anterior. De um lado a burguesia de Olinda e donos de engenhos da Zona da Mata e de outro os Mascates, portugueses comerciantes da parcela burguesa da Vila do Recife, que suplantava a cidade vizinha. Em meio a esse cenário, viviam os escravos, pobres, imigrantes, pescadores e demais trabalhadores, como se observa no trecho abaixo:

Daí a insatisfação geral, o clima de guerra em que se vivia, a insegurança dos reinóis, de consequências penosas a recair sobre os menos afortunados ou privilegiados, como ele, pejorativamente chamados de marinheiros. Marinheiro-pé-de-chumbo, galego, cotruco, cupé, mascate, modrongo, talaveiro, parrudo, e tudo que dê depreciativo pudessem encontrar para insultá-los (LEMOS, 1993, p. 19).

Olinda e Recife, já então duas cidades urbanas, eram as capitânicas mais prósperas do país, porém todo dinheiro arrecadado era destinado ao sustento da Família Real no Rio de Janeiro, o que instaurava um sentimento de insatisfação. Tal sentimento, fervilhado pelas ideias do Iluminismo, Revolução Francesa, Independência da América Inglesa, entre outros fatores, resultariam na Revolução Pernambucana de 1817, um dos movimentos emancipatórios mais importante da história do país.

O clima de insatisfação local aumentava na medida em que aumentava o número de portugueses reinóis que aqui chegavam, protegidos pela corte, destinados a ocupar lugares de mando, a receber, boamente, do erário

público, verdadeiras fortunas, em detrimento dos nativos, que viviam na miséria. Aqui se tinha de que na corte do Rio de Janeiro os esbanjamento era inacreditável. Milhares de parasitas a desfrutar de festas luxuosas, banquetes, concertos sinfônicos, representações teatrais. Aquilo? Um verdadeiro antro de casquilhos perfumados, vestidos em seda europeias, de mãos macias, a se ocupar apenas em mexericos e conversas amorosas. Essa, a vida que levava a chamada de aristocracia brasileira, de nobreza importada ou adquirida em troca de altas pecúnias. E para isso é que se aumentavam os impostos assaltavam-se as bolsas dos contribuintes. Era público e notório que de Pernambuco saíram os recursos coletados para pagar até a iluminação pública da cidade do Rio de Janeiro (LEMOS, 1993, p. 29)

É de se considerar que tal movimento foi encabeçado pelas elites pernambucanas – embora tenha tido certa repercussão popular – deste modo, resta à ficção a investigação das possíveis e inventadas vidas da parcela menos privilegiada da população. As personagens de *Espaço Terrestre* escancaram essa situação:

Albano não se entusiasmava por tais futricadas. Com rei ou sem reis, em Portugal ou no Brasil ele era somente um marginalizado, igual aos demais que trabalhavam feito mouro, sem se diferenciarem muito dos escravos negros. O que havia em tudo aquilo era só interesses pessoais, como bem comprovava a pronta adesão dos militares à insurreição corrente, motivados mais pela mudança do pagamento de soldo, que os prejudicava, que por outro motivo (LEMOS, 1993, p. 29-30).

O romance inclui também em seu enredo a presença do francês Louis-Fraçois Tollenare, rico comerciante de algodão que passava pelo Brasil àquela altura, usando-o, sem efetivamente dizer seu nome, como personagem que trava amizade com primeiro Albano Nuno Varela, usando seus diálogos para conduzir a trama pela Revolução, dando particular atenção aos menos privilegiados. Na ocasião de sua passagem pelo Recife, o comerciante escrevia suas notas dominicais, posteriormente reunidas e publicadas por Alfredo de Carvalho em 1905, esses registros foram consultados pelo escritor pernambucano, que se valeu deles para conduzir sua trama.

Gilvan Lemos, então, reconstrói a figura de Tollenare a partir de seus próprios escritos. O narrador informa que o comerciante tinha pouca fé na concretização da Revolução, muito provavelmente pelos próprios registros dele em suas notas, que pouco antes da ocasião, nada escrevera sobre o clima de eminente revolta, limitando-se a registrar depois:

Teria desejado muito manter um diário mais exacto durante a revolução de Pernambuco.

Mas, as minhas ocupações e as constantes inquietações em que tenho vivido me impediram de fazel-o com o interesse que merecia.

As minhas notas sobre este interessante assumpto são, pois, muito menos cuidadas do que algumas outras consagradas a futilidades (TOLLENARE, 1905, p. 175).⁶

O francês, como personagem de Gilvan Lemos, explica inclusive que como os insurgentes contavam com o apoio das elites de engenho, muito provavelmente os pobres e escravos, ainda que aliados, muito provavelmente não ganhariam nada com seu sucesso, aliás, “os pobres não ganham revoluções” (LEMOS, 1993, p. 36).

Após iniciados os conflitos e o governador ter se refugiado na fortaleza do Brum, o movimento das ruas do Recife começa a diminuir, o narrador, por sua vez, debruça-se sobre o povo, compondo o que podia ter acontecido com essas figuras que viveram aquele momento, mas foram ignorados pelos documentos:

Desocupados, bêbados, negros livres, prostitutas, mendigos, vagavam sem rumo pelo cais do trapiche, acumulavam-se em torno da igreja, no pátio do mercado e adjacências. Ao brado do refrão “mata-mata-marinheiro”, arruaceiros rondavam, aos magotes, à cata de estabelecimentos que lhe oferecessem oportunidade de saques (LEMOS, 1993, p. 33)

O romance também localiza suas personagens em outros momentos decisivos da história nacional, como se para, através de suas memórias, recuperar a história. E essa é a vantagem da personagem de ficção sobre o narrador histórico: ela pode demonstrar os possíveis, perscrutando e inventando o que as figuras secundárias estavam se articulando, como por exemplo, quando Sr. Ramires externa a complexa relação entre os pernambucanos e os portugueses que ocupavam a Vila àquela altura:

Do ódio inexplicável desses pernambucanos jamais nos livraremos. Seremos sempre os mascates que eles pretendem ver pelas costas. Isso vem de longe. E depois que expulsaram os holandeses se julgam donos do Brasil (LEMOS, 1993, p. 45).

São a esses traços de representação social dos quais a personagem de ficção apropria que Chartier (2013) se refere quando associa a escrita literária com a captura do mundo social.

A obra também ecoa consequências da Revolução de 1817 através do narrador, ao tratar sobre a posição dos portugueses da Vila do Recife, representados pela figura do Sr. Ramires:

Por enquanto o Sr. Ramires tinha outras preocupações. Na Revolução de 17 sua casa fora saqueada, pilhada, apedrejada. Vivera ao lado da irmã momentos de aflição. Agora que se ressarcia do prejuízo era informado dos novos boatos que se espalhavam entre seus pares (LEMOS, 1993, p. 45).

⁶ É importante perceber que, em suas notas, o francês demonstrava pouco interesse pelo assunto e, frequentemente, culpava os negros pelo levante – referindo-se com profundo desrespeito a eles. Gilvan Lemos cria um Tollenare mais afável e menos racista.

Os boatos a que o narrador se refere dizem respeito ao clima eminente de novas insurgências pela independência, como a Convenção de Beberibe, cujos eventos decisivos seriam presenciados pelos personagens de Gilvan Lemos logo em seguida.

A Convenção de Beberibe, segundo registra Luiz Delgado (1972) foi o movimento revolucionário pernambucano que culminou no primeiro episódio de Independência do Brasil. Segundo o historiador, após a Revolução Portuguesa na cidade de Porto em agosto de 1820, cuja reivindicação era a redação de uma Constituição e o regresso de D. João VI, surgiram defensores da independência do Brasil, de modo que os pernambucanos elegeram por conta própria um governo, mediante a expulsão das tropas portuguesas.

Diante disso, Luis do Rego Barreto⁷, general que havia chegado ao Recife por ocasião da Revolução de 1817 e tornara-se governador, convocou sua própria Junta Constitucional Governativa, declarando-se presidente e passou a governar sob violências e arbitrariedades. Alguns pernambucanos, incitados por presos políticos da Revolução de 1817 que retornavam do exílio por suspensão das penas, passaram a contestar a legitimidade de Luis do Rego com a intenção de fazer-se cumprir as deliberações das Cortes Constitucionais. Porém, já tendo estabelecido sua própria Junta, perseguiu os opositores, tornando-se também alvo de ataques.

Em dado momento do romance, descreve-se a seguinte cena:

Uma tarde, quando o grupinho se dispersava, pois era chegada a hora da ceia, no momento em que o Sr. Ramires e Albano se afastavam da ponte, pressentiram eles um movimento desusado. Já na entrada da Rua Nova pararam para ver. O capitão-general Luís do Rego, acompanhado de pequena comitiva, dirigia-se provavelmente ao palácio do Mondego, residência dum comerciante abastado, que também fazia parte da comitiva. O grupo atravessava a ponte quando se ouviu um tiro de bacamarte. O governador Luís do Rego tombou ferido. À primeira vista o ferimento parecia de certa gravidade, conduziram-no nos braços a um sobrado da Rua Nova (LEMOS, 1993, p. 46).

A cena acima descreve o momento do atentado sofrido pelo capitão-general a mando dos insurgentes, nessa ocasião, Sr. Ramires comenta com Albano que o ferido será levado “à casa do Dr. Moraes e Silva, meu vizinho” (LEMOS, 1993, p. 46). A personagem acusa os pernambucanos de pagarem com ódio os feitos de Luís do Rego, enquanto o outro o acolhe em sua casa, mesmo sendo carioca. Essa passagem obedece a uma clara intertextualidade com o estudo de Parahym (1978), que descreve:

⁷ Em Delgado (1972) aparece como Luis Rêgo de Barros, enquanto no romance de Lemos (1993) surge como Luís [acento agudo no i] do Rego.

No dia 21 de julho de 1821, dirigia-se o capitão-general Luis do Rego, acompanhado de pequena comitiva, ao denominado *palácio do Mondego*, opulenta residência do comerciante Luis Gomes Ferreira que, aliás, fazia parte do séquito, quando, ao atravessar a ponte da Boa Vista, recebeu um tiro de bacamarte. O ferimento foi de certa gravidade e o presidente Luis do Rego foi de imediato alojado no sobrado da rua Nova, onde residia o dr. Moraes e Silva, conhecido como escritor, o dicionarista e gramático. Luis do Rego dava-se muito bem com o dr. Moraes e Silva, nascido, aliás, no Rio de Janeiro (PARAHYM, 1978, p. 25, grifos do autor).

As passagens são extremamente semelhantes sob a narrativa de Lemos (1993) e Parahym (1978), entretanto, as diferencia o fato de a primeira assumir a possibilidade de testar a segunda, servindo de revisão de seu significado e desdobramento em seu próprio questionamento. *Espaço Terrestre* se apropria de personalidades que de fato existiram e foram registradas na história oficial, Antônio de Moraes e Silva incorporou, inclusive, a Junta Constitucional Governativa presidida por Luis do Rego em ocasião da vitória da Revolução Constitucionalista em Portugal, em 1820. Tomando essas personagens, o narrador do romance investe na incorporação delas à sua composição ficcional, criando assim a significância aludida por Ricœur (1997).

Igual efeito pode-se verificar em seguida, quando o narrador do romance descreve o que aconteceu ao corpo do homem que feriu Luis Rego, ele tentou fugir, mas logo foi alcançado pelos soldados da comitiva que o abateram a tiros, no romance descreve-se:

Retirado do rio, no dia seguinte o cadáver foi amarrado a uma cadeira e exposto frente à igreja do Santíssimo Sacramento, para ser identificado, mas ninguém se prestou a isso, nem mesmo o Sr. Ramires que, com lenço no nariz, tal o estado em que se encontrava o cadáver, cochichou ao ouvido de Albano:

– Sei quem é mas não digo. Tenho minhas convicções. Um homem, mormente depois de morto, merece ser tratado com dignidade (LEMONS, 1993, 46)

O romance deixa de lado a responsabilidade de evidenciar todos os nomes e eventos históricos, porque a cosmologia da obra literária é diferente da do tempo real. A história oficial deu conta de registrar quem seria esse homem, elucida-se:

O corpo já em adiantada putrefação foi amarrado a uma cadeira e postado diante da igreja do SS. Sacramento do bairro de Santo Antônio, a fim de alguém o identificasse. Outro não era senão João Souto Maior, goianiense cuja família havia sofrido horrores em consequência de um dos seus irmãos haver tomado parte na Revolução de 1817 (PARAHYM, 1978, p. 25).

Após diversos desentendimentos, em 2 de outubro de 1821, Luis do Rego elabora um plano decisivo contra os revolucionários, mas estes tomam conhecimento do ataque e o governador vê-se obrigado a render-se. Finalmente, em 5 de outubro, assina-se a Convenção

de Beberibe e em 26 de outubro Luis do Rego retira-se para Portugal. Em moldes democráticos, elege-se Gervásio Campelo Pires Ferreira presidente da nova Junta Governativa e, desse modo, Pernambuco torna-se independente de Portugal onze meses antes do grito de setembro de 1822.

O narrador de Gilvan ocupa-se em imaginar o que teria acontecido após a definitiva independência do Estado Pernambuco até o Grito do Ipiranga. A história oficial geralmente descreve os eventos de grande magnitude, a ficção passa a explorar os esquecidos, cidadãos comuns, como o já referido português mascate, quase cunhado de Albano:

Durante esses onze meses o Sr. Ramires passou pelos vexames a que estava habituado, a sofrer as perseguições costumeiras. Ele e seus patrícios eram chamados à morte, sobre o refrão que já se tornara uma cançoneta da época, realmente era cantando que os exortavam: mata-mata-marinheiro (LEMOS, 1993, p. 47).

Com a conquista da celebrada independência, Recife passa a ser contemplada com a iluminação pública, como aponta o Parahym (1978). Na ficção o autor tem a possibilidade de imaginar as possíveis reações da população, como através da fala do Sr. Ramires:

– O Brasil livre de Portugal? Com um imperador português a governá-lo? Ora, somos uma só nação. De qualquer forma – reatava: – a província progride, não há motivo para insatisfação, quero ver se agora o pernambucano não baixa a cerviz. – E citava as melhorias: – o farol do Picão, a iluminação pública permanente, sim, permanente, a instalação do Tribunal de Relação Pública... Ora, quantas melhorias! Seria enfadonho enumerá-las (LEMOS, 1993, p. 47).

Em *Espaço Terrestre* também é ficcionalizada a execução de Frei Caneca, ato do qual as personagens participam. Por não se submeter a rigores documentais, a literatura pode explorar diferentes pontos de vista de tal acontecimento, de modo a avultar possibilidades, como por exemplo, quando o autor se dedica a descrever a subjetividade das personagens que presenciavam as cenas:

O Sr. Ramires guardava no íntimo sentimentos contraditórios de júbilo, vingança, curiosidade e temor. Temia emocionar-se, temia compadecer-se temia não ser capaz de analisar com profundidade a justeza de pena atribuída ao frade revolucionário (LEMOS, 1993, p. 50).

A respeito de Albano Nuno Varela, aquele primeiro, conta-se:

Em segredo simpatizava com o que chamava a indisciplina do frade. Era do seu feitio aplaudir quem não se conformava, quem, destemidamente, de perito aberto, proclamava suas inconformações, fossem quais fossem. Triste era o indivíduo viver de cabeça baixa, mal satisfeito e ao mesmo tempo incapaz de tomar uma atitude viril. Não guardava, por isso, nenhum rancor ao frade, por ele ser contra os portugueses, alguns portugueses, com especial referência ao imperado (LEMOS, 1993, p. 50-51).

É da literatura e da memória essa atenção pelo gesto e pela subjetividade, como aponta Nora (1993) ao estabelecer a memória como a ativação de um sistema orgânico, um elo vivo entre o discurso científico submetido a uma série de normas rígidas e a liberdade da escrita/memória. É essa relação que permite que em uma passagem de fundo histórico o narrador inicie reflexões subjetivas sobre os conflitos internos de seus alvos.

É também por meio dessa capacidade que se seguem descrevendo os pormenores do evento, detalhes que não seriam de importância para história oficial, portanto, não registrados, mas de grande importância para a organicidade do texto e a ambientação: a população reunida, as crianças brincando em meio ao cenário de eminente execução, os cachorros, os cheiros, suores e amontoado de corpos, os escravos e ambulantes cujas vidas não podiam deter-se porque um frade será enforcado. E mais: a possibilidade de não descrever *aquela* execução, mas fazer a personagem lembrar-se de um relato distante sobre *outra* que, imediatamente, pelo recurso literário, passa a representar aquela que presenciava, evocando as reações à aplicação da pena, o corpo se debatendo, a plateia dividida entre os gritos histéricos, as gargalhadas e os choros.

Outra personalidade histórica mencionada no romance, embora seu nome não seja dito expressamente, é Frei Apolônio de Todi. Trata-se de um frei italiano que fundou várias igrejas no Nordeste, tendo exercido ministério nos sertões da Bahia e Sergipe. Ficou conhecido como Apóstolo dos Sertões e Anchieta Sertanejo. Em dado momento do romance, José Albano cruza com uma procissão de fiéis que está caminhando para Monte-Santo, atrás do homem que, como lhe informa uma mulher de cara engelhada, “anda pela Bahia pregando o bem, reconstruindo templos divinos” (LEMOS, 1993, p. 153).

Monte Santo é o calvário que o capuchino edificou ao pé da serra do Piquaraçá após ser agraciado com uma visão de Jerusalém. Em seguida, tornou-se destino de romeiros que acreditavam no potencial milagreiro do local, o que justifica a fala da mulher: “Por lá ele vai criar um céu na terra para os pobres. Não tem seca, não tem fome, cada um tem seu roçado mode plantar o que quiser. A água do rio se vira leite, as barreiras em cuscuz” (LEMOS, 1993, p. 153-154).

Adiante, desgarrados da procissão, José Albano encontra um casal, que viaja com uma menina. Como ela atrasava a viagem, ofereceram a filha para que ela a criasse, que aceita, imaginando que a criança um dia será mulher e poderá, possivelmente, ser companheira de seu próprio filho. Colocar essas personagens fictícias em meio a esse contexto é, também, a reivindicação da literatura pela capacidade de explorar os interstícios da história.

Outra passagem que capta com eloquência as relações entre história e literatura se dá por ocasião de uma discussão entre José Albano Neto e Albano José. Com a morte do sujeito que ocupava a posição de professor na cidade, foi legado a José Albano Neto um manuscrito que continha a história de Sulidade, para ser encaminhada e publicada no Recife.

No momento da leitura, o rapaz percebe que foram aplicadas uma série de modificações na veracidade do escrito sobre a fundação da cidade e até mesmo no caráter dos primeiros habitantes, lia-se impropérios e extravagancias, como por exemplo, creditava como verídica a história que o Sr. Ramires contava de sua nobreza, como descendente da Ilustre Casa dos Ramires, que Albano Neto se recusava a acreditar. Exaltado, ao discutir com o avô, recebe a seguinte resposta:

A história é assim mesmo, filho, feita de mentiras. A que você lê nesses livros impressos em Portugal será verdadeira? Todo mundo gosta de enfeitar. E quando não há testemunhas... (LEMOS, 1993, p. 249).

Tal excerto põe em evidência não apenas a relação entre história e ficção, mas também entre história e memória que, como Nora (1993) argumenta, é um organismo vivo que existe entre a dialética do esquecimento e da lembrança, um elo coletivo que pertence a todos os indivíduos, a particularização do evento histórico por meio da linguagem.

Em síntese, ao se apropriar de personagens e eventos históricos, Gilvan Lemos executa com precisão um jogo discursivo onde entrecruza imaginação e realidade através da linguagem. O apelo da memória é justamente subverter a ordem estabelecida, que presa pela documentação e registro historiográfico, para evocar cenas e acontecimentos pela ótica de suas personagens, de modo que a memória delas que passa a valer como objeto central do enredo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, objetivou-se demonstrar a memória genealógica e familiar como elementos estruturantes do enredo no romance *Espaço Terrestre* (1993) de Gilvan Lemos e sua importância para solidificação do elo atávico que consagra a terra como território. Considerando também as relações entre memória e história, se debruçou sobre o contexto histórico do livro e suas relações com os aspectos sociais da obra.

Para concretização da análise, o estudo dividiu-se em três capítulos com aspirações diferentes, mas complementares, onde foram investigadas as relações mnemônicas no romance, resumidamente: o primeiro verticaliza a discussão sobre memória; o seguinte trata dos imbricamentos de memória e território; o terceiro sobre memória e história.

Como exposto no capítulo de abertura, há quase um século, em 1925, Maurice Halbwachs, seguindo uma tradição fundada em Henri Bergson, publicou *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, onde promove o entendimento da memória como um fator eminentemente social, transmitido por meio da interação dos sujeitos. Vinte e cinco anos depois, postumamente, é publicada a obra *A Memória Coletiva*, conjunto de ensaios onde o sociólogo retoma seus pensamentos sobre o tema. Esses são textos basilares para entender a concepção de memória dentro da abordagem da análise que se realizou nessa dissertação.

Halbwachs entende memória como algo coletivamente construído, portanto, fruto das relações sociais dos indivíduos com suas respectivas comunidades. Ele aposta que não existe memória sem sociedade, portanto, a memória é ostensiva e social. Tais relações seriam ainda mais acentuadas em contextos onde o grupo compartilha raízes e interesses semelhantes como os grupos religiosos, comunidades rurais e famílias, estabelecendo-se assim quadros sociais que serviriam de referência para a projeção das memórias e sua perpetuação.

Concomitantemente, a tessitura criada pela memória compreende também a filiação sobre a terra a partir de uma cultura atávica, convertendo-a em território. Os conceitos do sociólogo se articulam com *Espaço Terrestre*, visto que no romance, as personagens perpetuam suas tradições por meio da genealogia e, ainda, consolidam-se sobre um território – a vila de Sulidade – de modo atávico, sendo a memória o elemento primordial para compor o enredo.

De igual modo, a concepção de memória genealógica e familiar está intimamente relacionada ao território, onde de maneira atávica perpetuam-se continuamente os saberes e tradições de um grupo. A capacidade de recordar está diretamente ligada às relações humanas,

sendo o seio familiar a primeira interação da criança com outras pessoas, ou seja, a memória está sempre apoiada em um contexto coletivo.

A adjetivação da memória como algo social, como o fez Halbwachs e Gilvan Lemos no romance, demonstra sua dimensão e os mecanismos de transmissão – isto é, os quadros que a compõe. Dentre eles, a intermediação da família e da genealogia na construção das identidades dos sujeitos de determinado grupo por meio da memória.

Observou-se que no romance, o processo de transmissão de memória surge até mesmo na repetição dos nomes das personagens do grupo familiar principal. O batismo perpetua de maneira cíclica a identidade dos Albanos por quatro gerações: Albano Filho, José Albano, Albano José, José Albano Neto. Não se registra no romance um batismo cristão, com águas e padres, mas um batismo de nome patrilinear, que indica uma tradição. A repetição desse nome significa a tentativa de dar unidade a uma memória familiar. Por outro lado, é também uma maneira de evitar o esquecimento, pois é ostensivamente a reivindicação da genealogia.

Tanto no romance quanto nas teorias estabelecidas pelos teóricos arrolados no primeiro capítulo, fica evidente a importância da memória dos avós para a conservação da unidade familiar. Os momentos de socialização onde os mais velhos estão em contato com os demais membros do grupo familiar, proporciona aprendizado e transmissão, em um quase ritual de introdução na vida em sociedade e no mundo adulto, que se tornam presentes não apenas para o ouvinte imediato, mas também para cada membro vindouro pela mediação dos outros. É essa estreita transmissão que a obra de Gilvan Lemos enaltece, por meio dos Albanos, que se iniciam seus descendentes na sociedade.

A memória genealógica e a familiar é, portanto, irreversível, um filho pode ocupar qualquer função social, mas jamais deixará de ser filho. De igual modo, jamais será um pai sem que constitua, ele mesmo, uma família (Halbwachs, 2004). E a memória é responsável por essa perpetuação de identidades, pois toda família é um microcosmos do mundo. Nesse sentido, a família é uma comunidade que não compartilha, somente, traços biológicos – como os fenótipos dos Albanos – mas está ligada por outras características subjetivas, como as do plano comportamental, afetivo e de linguagem – como a repetição da personalidade entre os Albanos avôs e netos.

Os indivíduos organizam a memória socialmente porque ela produz e compartilha quadros de memória, assim como ocorre com o território que ocupam. Verticalizando essa discussão, o segundo capítulo explorou a relação entre memória e o território como

instrumentos sociais na literatura, formando as identidades das personagens e afirmando a soberania da memória genealógica e familiar para condução do enredo.

Por conseguinte, toda memória está aportada em algum lugar, a dos Albanos está aportada em Sulidade. No caso dos Albanos, essa relação é ainda mais significativa, pois o território é aglutinador da memória genealógica e familiar porque nele viveram todos os Albanos, ascendentes e descendentes. A Família pressupõe também a conservação de um ambiente, seja a casa, a terra ou a cidade. É o pertencimento a determinado território que caracteriza a permanência da família, tanto que as casas e propriedades são herdadas como patrimônio material de pai para filho.

O terceiro capítulo investigou a relação entre memória, história e literatura para a estruturação de *Espaço Terrestre*. Essa proposta de articulação se deu porque história e literatura geram aproximações, a primeira entre o homem e os fatos; a segunda entre o leitor e a ficção. Além disso, ambas se utilizam da linguagem para organizar e transmitir memória. Os teóricos arrolados no último capítulo acentuam o caráter construtivista da memória no sentido de orientadora da história, sendo asseguradora de identidades e afirmação dessas dentro de um contexto histórico.

Ao recontar parte da história de Pernambuco, o romance de Gilvan Lemos elabora a ficção a partir da memória de suas personagens, uma vez que trata de vivências subjetivas e coletivas. Quando decide tratar não apenas de ícones da historiografia como Luis Rego de Barros e Frei Caneca, mas também dos grupos marginalizados, o autor transmite a necessidade de uma história revisada, criando também personagens que representam o povo simples e excluído das páginas dos livros e documentos.

Da mesma forma que a memória é socialmente construída, os documentos também o são, e estão carregados de ideologias e vieses políticos. Tudo que é cultura é socialmente construído. Eventos, datas e nomes sobrevivem pela memória histórica, porém um olhar acurado para as figuras não catalogadas e evidenciadas nos documentos, permite uma abordagem aprofundada do contexto social. E essa a tarefa que Gilvan Lemos empreende ao imaginar quem seriam essas pessoas e as destacando em sua obra.

Diante do exposto, pode-se concluir que as memórias genealógica e familiar são elementos fundamentais na construção do enredo de *Espaço Terrestre*, pois este não existiria se não houvesse a transmissão mnemônica geracional, uma vez que é a memória que perpetua as características das personagens principais, funcionando como um elo que faça todo Albano

o mesmo Albano. Também foi possível verificar que o imbricamento entre memória e história é significativo para compreensão da obra.

Gilvan Lemos se insere em uma tradição temática – na qual se encontra autores como Érico Veríssimo e Gabriel García Márquez – que elabora uma narrativa por meio da memória genealógica e familiar como princípio de estruturação e usa a história como plano de fundo. Nesses autores, observa-se que a memória é um liame vivo genealógico e familiar para que as personagens construam suas identidades e estabeleçam relações de pertencimento no território. A partir dessas temáticas, elaborou-se a posição teórica sobre a qual se discorreu neste trabalho, articulando os conceitos e a produção ficcional, considerando sempre a posição de destaque e independência da obra literária frente aos marcos teóricos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A hora da estrela: história e literatura, uma questão de gênero?. In: _____. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007, p. 43-51.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. *História Oral*, v. 19, n. 1, p. 115-127, 2016. Disponível em <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=642>>. Acesso em 18 de abr. 2019.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. 2ª edição. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: EMF Martins Fontes, 2010.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 11ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2008.
- CANDIDO, Antonio; GOMES, Paulo Emílio Salles; PRADO, Décio de Almeida; ROSENFELD, Anatol. *A Personagem de Ficção*. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CHARTIER, Roger. El pasado en el presente: literatura, memoria e historia. *ArtCultura*. Uberlândia, v. 15, n. 27, p. 29-41, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/29332>>. Acesso em 28 jan. 2019.
- COELHO, Teixeira. *O que é utopia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COSTA, Lígia Militz. *A Poética de Aristóteles: mimese e verossimilhança*. São Paulo: Ática: 1992.
- COSTA LIMA, Luiz. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- COSTA LIMA, Luiz. A análise sociológica da literatura. In: COSTA LIMA, Luiz (org). *Teoria da Literatura em suas fontes*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 659-687.

DELGADO, Luiz. *A Convenção de Beberibe: o primeiro episódio da independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Comissão Estadual das Comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972.

FOSTER, E. M. *Aspectos do romance*. Porto Alegre: Globo, 1976

GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HALBWACHS, M. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Anthropos, 2004.

LEMOES, Gilvan. *Espaço terrestre*. 1ª edição. Recife: Civilização Brasileira, 1993.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. *Autoridade e afeto: avós filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009.

MARTINS, Ivanda. *O cronotopo na obra Espaço Terrestre: o diálogo tempo-espaço como princípio organizador da narrativa*. 1997. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *A prosa do mundo*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história*. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em 28 jan. 2019.

NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Côrtes. *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 9-35.

PARAHYIM, Orlando da Cunha. *Traços do Recife: ontem e hoje*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>. Acesso em 18 abr. 2019

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa – tomo III*. Campinas: Papirus, 1997.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, A. F. Sulidade e Macondo: um estudo comparado das cidades em Espaço Terrestre e Cem Anos de Solidão. *Revista Ribanceira*, v. 12, p. 111 – 120, 2018. Disponível em: <

<https://paginas.uepa.br/seer/index.php/ribanceira/issue/view/129/showToc>>. Acesso em 22 maio 2019.

SILVA, Marisa Corrêa. Crítica Sociológica. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: EDUEM, 2005.

TEDESCO, João Carlos. Re(vi)vendo o ontem no tempo e no espaço “dos de hoje”: fragmentos de memória de idosos. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Usos de memória*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 41-79.

TOLLENARE, L. F. *Notas Dominicaes Tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos annos de 1816, 1817 e 1818*. Recife: Empresa do Jornal do Recife, 1905. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3013>>. Acesso em 26 jan. 2019.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.